

Instituto Superior Miguel Torga

Escola Superior de Altos Estudos

Laços sociais e
capital social
nas narrativas das
pessoas em situação
de sem-abrigo



Vânia Sofia Lopes Martins Rosa

Dissertação de Mestrado em Serviço Social

Coimbra, setembro de 2012



Laços sociais e capital social nas narrativas das pessoas em situação de sem-abrigo

Vânia Sofia Lopes Martins Rosa

Dissertação apresentada ao ISMT para obtenção do grau de
Mestre em Serviço Social
Orientadora: Professora Doutora Sónia Guadalupe

Coimbra, setembro de 2012

A todo(a)s aqueles que fazem
parte da minha rede e que a alimentam...

e a todo(a)s os que se encontram
em situação de sem-abrigo

Resumo

A pertinência da rutura e reconstrução dos laços sociais nas pessoas em situação de sem-abrigo leva-nos à abordagem dos seus processos idiossincráticos de emergência e manutenção do capital social nos laços sociais.

A investigação pretende, através dos discursos de pessoas que experienciam a situação de sem-abrigo, compreender como emerge e se mantém o capital social nos laços sociais. Assim, utilizou-se a entrevista semiestruturada para aceder às suas narrativas. A escolha dos participantes teve em consideração a acessibilidade e disponibilidade dos indivíduos na cidade de Coimbra.

Das narrativas dos seis entrevistados verificou-se que apresentam um capital social vulnerável associado a uma escassa rede de apoio (formal e/ou informal). Emergiu dos seus discursos que um dos principais fatores que concorre para a emergência da situação de sem-abrigo é a rutura com os diferentes tipos de laços sociais, sobretudo os familiares, que potencia a diminuição da rede de suporte, e tem repercussões nas diferentes dimensões do capital social, dificultando a sua emergência. A rutura dos laços de filiação e parentescos foram identificados pelos entrevistados como o principal fator para a emergência da situação de sem-abrigo, evidenciando também uma quebra dos níveis de confiança para a possível criação de novos laços ou reativação/reconstrução dos laços quebrados.

As conclusões da presente investigação constituem um contributo para o Serviço Social, na medida em que um conhecimento mais aprofundado da situação de sem-abrigo, pelas suas próprias vozes, assim como dos seus laços sociais e das suas ruturas, e das dificuldades sentidas na emergência e manutenção do capital social, permitirão a concertação de estratégias de intervenção mais ajustadas à realidade com estas pessoas e com este problema social.

Palavras-chave: Laços Sociais; Capital Social; Pessoas em situação de sem-abrigo

Abstract

The relevance of rupture and reconstruction of social ties in people facing homelessness leads us to approach their idiosyncratic processes of emergence and maintenance of social capital in social ties.

This research tries to understand, through the narratives of people who experience homelessness situation, how emerges and remains their social capital in social ties. Thus, we used a semi-structured interview to access their accounts. The choice of participants took into account the accessibility and availability of subjects in Coimbra.

The narratives of six respondents found that they have a vulnerable social capital associated with a sparse social support network (formal and / or informal). From their speeches we found that one of the main factors that contributes to the emergence of a situation of homelessness is a rupture with the different types of social ties, especially family members, which enhances the reduction of network support, and has an impact on different dimensions of social capital, hindering its emergence. The rupture of the ties of kinship and affiliation were identified by respondents as the main factor for the emergence of a situation of homelessness, showing also a breach of confidence levels for the possible creation of new ties or reactivation / reconstruction of broken links.

It is intended that this research could contribute to social work in that situation of homelessness, once the difficulties experienced in the emergence and maintenance of social capital and the rupture of social ties allow concerted intervention strategies best fit the fact of how these people actually are.

Key-words: social capital, social ties, people facing homelessness

Agradecimentos

Ao realizar este percurso de investigação, que colmatou na construção de uma dissertação de mestrado, não posso esquecer uma rede energética que me rodeia. Neste breve agradecimento é impossível dar um real valor a todas as pessoas que contribuíram para a minha motivação, reflexão e inquietação. É chegado o momento de lembrar as presenças marcantes ao longo desta trajetória.

Agradeço em primeiro lugar à minha orientadora, Prof. Doutora Sónia Guadalupe, pelo apoio, disponibilidade e partilha de saberes. Ao longo destes anos tenho tido o privilégio de beneficiar da sua sabedoria e de poder contar com a sua capacidade de motivação.

A todos os professores que ao longo deste percurso foram contribuindo para o enriquecimento profissional e pessoal. Obrigada pela confiança depositada.

Aos meus pais, pela oportunidade de realizar esta etapa, por estarem sempre presentes e por serem o meu porto de abrigo.

À minha irmã pelo apoio dado ao longo da investigação e pelas palavras de incentivo.

Ao Cláudio, meu namorado e amigo, pelo seu apoio incondicional, palavras de motivação e carinho que tanto me ajudaram nos momentos mais amargos.

A toda a minha família e amigos por estarem presentes e me acompanharem neste percurso.

Ao Miro, pela força que me deu ao longo deste tempo e por me ensinar a cada dia o verdadeiro significado de amizade. Ficarás sempre no meu coração.

À Sónia Ferreira, à Joana Nogueira e ao Eduardo Marques, pela cumplicidade, dicas, sugestões e inquietações que tanto me ajudaram no processo de reflexão.

Um agradecimento muito especial às pessoas em situação de sem-abrigo que contribuíram direta ou indiretamente para esta investigação e para que eu pudesse crescer enquanto profissional e, sobretudo, enquanto cidadã. É a vocês que dedico este trabalho árduo e é a vocês que eu quero dar voz.

A todos os que, longe ou perto, me deram força para fazer esta caminhada.

Por nunca duvidarem de mim, OBRIGADA!

Índice

1) Introdução	1
1.1) Sem-Abrigo, Laços Sociais e Capital Social	2
1.2) Pertinência e Objetivos do Estudo	13
2) Material e Métodos	16
2.1) Modelo de análise	17
2.2) Tipo de investigação	17
2.3) Procedimentos estratégicos e metodológicos	18
2.4) Participação	19
3) Apresentação e discussão dos resultados	21
3.1) Laços sociais	22
3.1.1) 1ª Dimensão: Laços de filiação e parentesco	22
3.1.2) 2ª Dimensão: Laços de participação eletiva	24
3.1.3) 3ª Dimensão: Laços de participação orgânica	26
3.1.4) 4ª Dimensão: Laços de cidadania	26
3.2) Capital Social	30
3.2.1) 1ª Dimensão: Redes Sociais	30
3.2.2) 2ª Dimensão: Confiança	32
3.2.3) 3ª Dimensão: Valores e Normas	33
3.2.4) 4ª Dimensão: Reciprocidade	33
4) Conclusão	36
Bibliografia	41
Apêndice	45

Índice de Siglas e Acrónimos

CS Segurança Social – Centros Distritais da Segurança Social.

ENIPSA – Estratégia Nacional Para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo: Prevenção, Intervenção e Acompanhamento, 2009-2015.

ETHOS – European Typology of Homelessness.

FEANTSA - Federação Europeia das Associações que Trabalham com os Sem-Abrigo.

ISS – Instituto da Segurança Social.

1. INTRODUÇÃO

1.1 Sem-abrigo, laços sociais e capital social

A questão das pessoas em situação de sem-abrigo reveste-se de historicidade, estando presente ao longo dos séculos. Entendida mormente como um problema individual, redundando na criação de figuras estereotipadas como o vagabundo, o mendigo, o indigente, o pedinte, entre outras, que ainda hoje vigoram nas mentes mais conservadoras e pouco informadas e que tanto oprimiram a cidadania destas pessoas. Atualmente são evocados outros entendimentos de ordem estrutural que se entrecruzam de forma complexa.

A Federação Europeia das Associações que Trabalham com os Sem-Abrigo (FEANTSA), criada em 1988, propôs a adoção de uma tipologia denominada de ETHOS (European Typology of Homelessness). Esta tipologia Europeia sobre Sem-abrigo e Exclusão Habitacional abrange as diferentes realidades desta população, por toda a Europa (FEANTSA, 2005). A definição suporta quatro grandes grupos que se enquadram nas situações de sem-abrigo: (i) sem-teto, (ii) sem alojamento, (iii) com habitação precária e (iv) com habitação inadequada. A primeira categoria, dos “Sem-teto” corresponde às pessoas que vivem na rua ou pessoas que vivem em alojamentos de emergência. A categoria “Sem Alojamento” refere-se aos lares de alojamento provisórios ou em fase de inserção, lares de mulheres, alojamento para Imigrantes, pessoas que saíram de hospitais ou estabelecimentos prisionais, alojamentos assistidos. A terceira categoria apresentada pela definição, do “Com Habitação Precária” é aquela habitação temporária/precária, casa de amigos, familiares, sem arrendamento, ocupação ilegal, pessoas à beira do despejo, vítimas de violência doméstica. E, por fim, a categoria dos “Com Habitação Inadequada” que se refere a pessoas que vivem em estruturas provisórias, inadequadas às normas sociais, pessoas em alojamento indigno ou com sobrepopulação (FEANTSA, 2005). Verifica-se que a situação de sem-abrigo remete para um *continuum* que abarca desde aqueles que não têm casa até aos que têm um alojamento inadequado e/ou inseguro. A situação de sem-abrigo ultrapassa em larga medida a condição de não ter um abrigo. Esta nova visão transmitida pela FEANTSA vem permitir que sejam quebrados alguns estereótipos, nomeadamente, que as pessoas que experienciam a situação de sem-abrigo são aqueles que vivem na rua com uns caixotes de papelão.

São apontados muitos fatores que concorrem para a emergência e manutenção da situação de sem-abrigo na contemporaneidade. Na verdade, ao longo da história, as conotações que lhe foram atribuídas e as associações efetuadas prolongaram-se até aos nossos dias, podendo estas razões vir a disseminar-se ao longo dos tempos. Estes fatores têm sido associados para explicar a situação de sem-abrigo e têm-se apontado, sobretudo, fatores de ordem estrutural e individual. Ao nível estrutural destacam-se as condições socioeconómicas, a exclusão social e os processos

de desinstitucionalização. Ao nível individual apontam-se as perturbações psiquiátricas, os défices educacionais e profissionais, a desafiliação e a identificação cultural (Bento & Barreto, 2002, p. 32).

A situação de sem-abrigo é um processo complexo de exclusão social que envolve vários fatores, ocorrendo “sucessivas ruturas” (Castel, cit in Costa, 2007, p. 10) com os vários sistemas a que pertencem, não sendo um problema exclusivamente individual ou estrutural. Assim, podemos falar de rutura de laços sociais. Paugam (2009, p.63) afirma que os laços sociais “são múltiplos e de natureza diferente, mas todos eles fornecem aos indivíduos simultaneamente a proteção e o reconhecimento necessário à sua existência social. A proteção remete para o conjunto de suporte que o indivíduo pode mobilizar face aos acasos de vida (recursos familiares, comunitários, profissionais, sociais), o reconhecimento remete para a interação social que estimula o indivíduo fornecendo-lhe a prova da sua existência e a sua valorização aos olhos do outro e dos outros”. Deste modo, podemos afirmar que os laços sociais são basilares para os indivíduos, simultaneamente em duas dimensões: a proteção e o reconhecimento. Em função destas duas dimensões podem distinguir-se quatro tipos de laços sociais (Paugam, 2009, p. 63), a saber:

- 1) Filiação - refere-se aos laços de consanguinidade, sobretudo entre pais e filhos, tendo funções ao nível da socialização e da construção identitária dos indivíduos. Pode ser visto de duas formas: proteção (possibilidade de contarmos com a solidariedade dos familiares) e reconhecimento (transmite uma dimensão afetiva). Este laço permite uma solidariedade intergeracional. A rutura do laço de filiação tem como consequência um défice de proteção, pois há a impossibilidade de contar com os pais ou filhos em caso de dificuldade, existindo sentimentos como o abandono e rejeição;
- 2) Participação eletiva – trata-se da socialização extrafamiliar (cônjuges, amigos e outros próximos). Pressupõe uma seleção, sendo o indivíduo o responsável pela construção da rede de pertença. Este laço presume um carácter de seleção, pois baseia-se na construção individual da rede. A rutura deste laço poderá originar um isolamento relacional, havendo a rejeição do grupo de pares e sentimentos de traição e abandono.
- 3) Participação orgânica – remete para os laços estabelecidos entre os atores da vida profissional. Existe o reconhecimento social pelas funções laborais que o indivíduo desempenha. Implica que haja uma proteção contratualizada e o reconhecimento social pelas funções laborais desempenhadas. A rutura do laço de participação orgânica faz emergir sentimentos de inutilidade e humilhação social.

4) Cidadania – estabelece-se entre os membros de uma comunidade política. Os indivíduos usufruem de proteção jurídica (direitos civis, políticos e sociais), reconhecendo o sujeito enquanto cidadão, devido ao princípio de igualdade perante a lei. A rutura do laço de cidadania poderá significar o não reconhecimento dos direitos civis, políticos e sociais.

Estes quatro tipos de laços sociais estão interligados e são complementares, constituindo o tecido social que envolve o indivíduo. A forma de socialização que decorre dos laços de participação eletiva e orgânica depende, em grande parte, da forma de vida, variando de país para país. Os laços sociais são um conjunto de elementos que unem os indivíduos entre si, sendo múltiplos e de diferentes naturezas. No entanto, as pessoas definem-se de acordo com as expectativas dos outros, daí não ser invulgar ouvir falar da crise do laço social e da necessidade de renovar o laço social (Balsa, 2006; Leandro, 2011). A atual crise financeira, económica e social, assim como as anteriores, e o desinvestimento nas políticas públicas, obriga a que os indivíduos reflitam sobre os laços que os unem à e na sociedade.

A ideia de laço social é colocada a par do conceito de solidariedade. Leandro (2011, p.30) afirma que “a solidariedade, enquanto laço social, afigura-se como um valor em alta, constituindo um eixo permanente dos indivíduos, das políticas, das aspirações da generalidade dos indivíduos, até porque se sentem que se trata de algo deveras periclitante perante uma economia e sociedade em crise e desassossego”. Durkheim, na obra *a Divisão do Trabalho Social* (1893, p. 43, cit in Paugam, 2009, p.8) apresenta duas formas de laço social, a solidariedade mecânica e a solidariedade orgânica, formas que Paugam (2009) analisa e retoma. A primeira refere-se à organização social do tipo comunitária (relativa à dita sociedade tradicional), onde os indivíduos são pouco diferenciados, compartilham os mesmos sentimentos e valores, e seguem as mesmas crenças. Por outro lado, na solidariedade orgânica (associada às ditas sociedades modernas), os indivíduos assumem funções independentes, desempenhando um papel especial. Neste tipo de sociedade, o laço social é de cariz societário, sendo a consciência coletiva ultrapassada por consciências individuais. Assim, a solidariedade e as suas práticas não podem ser mecânicas, por apelarem à consciência de cada indivíduo, “para que possa apreender como um segmento que concorre para o bom funcionamento do todo social” (Leandro, 2011, p.32).

Importa também ressaltar o papel da confiança nos laços sociais, uma vez que tem um papel estruturante na construção dos laços e das relações sociais. Segundo Williamson (s/d, cit in Balsa, 2006, p.12), a confiança define-se como um “determinado nível de probabilidade subjetiva, estimada por um agente, de que um outro agente, ou grupo, empreenderá uma ação

específica”. O estabelecimento de um laço entre atores sociais supõe confiança, não descurando que apresentam estatutos diferenciados, níveis diferentes de conhecimentos e procedem a uma avaliação do comportamento do outro. A quebra de confiança ou credibilidade, impulsionada por diversos fatores, constitui uma das razões para a rutura dos laços sociais (Balsa, 2006 e Leandro, 2011). Alguns indivíduos só confiam uns nos outros pelo custo-benefício que podem auferir. O fortalecimento das redes poderá ser outro meio para instituir níveis de confiança que poderão possibilitar diferentes capitais (tendo origem na profissão, afiliação diversas, geográficas, interesses, etc.).

O enfraquecimento dos laços sociais potencia a desafiliação. Este conceito, proposto por Castel (2003, p.50), caracteriza-se por uma “ruptura em relação às redes de integração primária; um primeiro desatrelamento com respeito às regulações dadas a partir do encaixe na família, na linhagem, no sistema de interdependências fundadas sobre o pertencimento comunitário”. Existe risco de desafiliação quando “o conjunto das relações de proximidade que um indivíduo mantém a partir de sua inscrição territorial, que é também sua inscrição territorial familiar e social, é insuficiente para reproduzir sua existência e para assegurar sua proteção” (Castel, 2003, p.51). A desafiliação corresponde à “forma específica e progressiva de rutura com os laços sociais exposta, sentida pelos sujeitos que a experienciam como um afastamento do mercado laboral regular, dos sistemas de proteção social e das redes sociais constituídas pela família e outros próximos” (Aldeia, 2011, p.30). A desafiliação corresponde às rupturas dos diferentes elos, vínculos ou laços sociais. Neste sentido, equaciona-se o fenómeno dos sem-abrigo a partir do enfraquecimento violento de diferentes tipos de laços sociais com a sua rede social e com os sistemas sociais, traduzindo-se num suporte social muito diminuto e menor poder para reverter a sua situação de sem-abrigo. No entanto, o indivíduo desafiliado não é um excluído porque não vive numa situação de ausência completa de vínculos, não está “fora da sociedade”, mas sim afastado do centro de coesão. Este conceito parece-nos demonstrar um melhor entendimento das sociedades atuais e das suas problemáticas pois podemos apreender as alterações societais que estão a ocorrer de forma mais dinâmica.

Discutindo a fragilidade da proteção e do reconhecimento, bem como do aumento da precariedade e da vulnerabilidade apresentada pelas pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo, poder-se-á dizer que os laços sociais que ligam os indivíduos à esfera social (filiação e participação eletiva), laboral (participação orgânica) e política (cidadania) estão num processo de enfraquecimento. A vulnerabilidade dos laços sociais pode dever-se a vários fatores. Tornie e Durkheim (1893, cit in Leandro, 2011, p.29) afirmavam, já antes do século XX, que esta fragilidade não se deve apenas à passagem das sociedades tradicionais, agrícolas e rurais, para as

sociedades modernas, industriais e urbanas, sendo bem anterior. Este forte enfraquecimento dos diferentes tipos de laços sociais que Paugam (2009) apresenta é um dos fatores conducentes à situação de sem-abrigo. Com as transformações societárias ocorridas sobretudo a partir dos anos 70 (Netto, 1996), as relações sociais vão sofrendo alterações, interferindo na dinâmica da vida social.

Como referido anteriormente, a rutura dos laços sociais não são o único fator de emergência da situação de sem-abrigo. No entanto, um estudo mais aprofundado dos laços sociais poderá conduzir a elaboração de estratégias que permitam uma intervenção vocacionada sobretudo para a prevenção. Um exemplo de uma estratégia orientada para a prevenção da situação de sem-abrigo é a Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo: Prevenção, Intervenção e Acompanhamento, 2009-2015 (ENIPSA), que incide sobre três áreas, a saber: a prevenção, a intervenção e o acompanhamento. Inicialmente foram analisados um conjunto de “fatores de risco, potenciadores de situações de sem-abrigo e com o acompanhamento posterior ao acesso ao alojamento e respectiva inserção” (ENIPSA, s.d., p. 14). Neste âmbito, pretende identificar-se um conjunto de medidas orientadas para diferentes níveis, sendo eles: prevenção junto de grupos de risco; intervenção em situação de rua e alojamento temporário; e intervenção ao nível do acompanhamento (ENIPSA, s.d., p.14).

As medidas supracitadas têm presentes dois conceitos inevitáveis quando se fala na situação de sem-abrigo: pobreza e exclusão social. Bruto da Costa (2007, p.27) define pobreza como uma “situação de privação resultante de falta de recursos”. Segundo o autor, a privação pode ser múltipla, ou seja, pode afetar vários domínios das necessidades básicas, tais como a nível de alimentação, vestuário, transportes, habitação, educação, cuidados de saúde, cultural, participação na vida social, etc. A evolução do conceito de pobreza está intimamente relacionada com a realidade social que se foi alterando ao longo dos anos, evidenciando uma progressiva desmultiplicação do conceito. Duas abordagens do conceito têm-se destacado na literatura: a pobreza objetiva (absoluta e relativa) e a subjetiva. A pobreza é considerada objetiva quando assenta “na avaliação das condições de vida concretas das pessoas e famílias, independentemente do modo como estas (pessoas e famílias) analisam e avaliam a sua própria situação” (Costa, 1985, p.21). O conceito de pobreza absoluta parte da noção de necessidades elementares. A pobreza relativa tem em conta o padrão de vida geral de uma determinada sociedade. Por outro lado, a pobreza subjetiva apoia-se no juízo que as pessoas e as famílias “fazem sobre a sua própria condição, quer face às suas necessidades e aspirações, quer por comparação com os outros ou com a sociedade em geral” (Costa, 1985, p.21). O conceito de pobreza tem vindo a ser abordado de diferentes formas e perspetivas ao longo dos séculos devido às mudanças dos

paradigmas sociais. Paugam (2005, p.285), ciente das diferentes perspetivas existentes de pobreza, realizou um estudo segundo o qual os europeus explicam a pobreza através de dois fatores: preguiça e injustiça. Estas duas perspetivas fundam-se, respetivamente, em causas individuais e em causas sociais. Na primeira perspetiva, os pobres são responsabilizados pela sua situação e só eles podem mudá-la, sendo que o Estado não deve ajudar estas pessoas porque elas são responsáveis por si. A explicação da pobreza através da injustiça refere-se às pessoas como vítimas do sistema onde estão inseridas, tendo o Estado, desta forma, o dever de ajudá-los, procurando maior justiça social. Nos países do Sul da Europa, a pobreza é vista como hereditária (sustentada na ideia de preguiça), por outro lado, os países do Norte percecionam a pobreza através da injustiça (Paugam, 2005, p.297). Em Portugal, a explicação da pobreza através do fator preguiça era dada por 15% da população inquirida em 1993, tendo subido para 29% em 2003 (Paugam, 2005, p.297). O fator injustiça, em 1993, apresentava uma percentagem de 32% e em 2001 de 34% (Paugam, 2005, p.297). A percentagem da perceção da pobreza através destes dois fatores não são estáticos, varia de acordo com os padrões de entendimento da política, cultura e das condições económicas e sociais.

No que se refere ao conceito de exclusão social, Castel (1990, cit in Costa, 2007, p.10) define exclusão social como sendo “a fase extrema do processo de marginalização, entendido este como um percurso descendente, ao longo do qual se verificam sucessivas ruturas na relação do indivíduo com a sociedade”. A exclusão social apresenta-se como um fenómeno complexo e heterogéneo, de modo que podemos falar de diversos tipos de exclusão social e, assim, falar de exclusões sociais. A tipologia tem por base o critério das causas imediatas da situação, podendo, assim, identificar-se cinco tipos de exclusão social (Costa, 2007, p.21-25): económico (falta de recursos financeiros); social (associado à rutura de laços sociais); cultural (repercutem fenómenos como racismo, xenofobia, etc.); patológico (caracter psicológico ou mental); e comportamentos autodestrutivos (como por exemplo a toxicodependência, alcoolismo, prostituição, etc.). É facilmente depreendido que estes tipos de exclusão social aparecem, muitas vezes, sobrepostos na prática, como por exemplo, o consumo de substâncias poderá desenvolver patologias do foro psíquico. A exclusão social é um processo que se prolonga por todos os meios sociais, mesmo nos mais favorecidos (Economicamente favorecidos, por exemplo), resultando de uma “desarticulação entre diferentes partes da sociedade e os indivíduos, gerando uma não participação num conjunto mínimo de benefícios que definem um membro de pleno direito dessa sociedade – inerente à figura dos excluídos – opondo-se claramente à noção de integração” (Capucha, 1998). A riqueza deste conceito reside na heterogeneidade de situações que abrange. Estar em situação de exclusão não significa impreterivelmente não pertencer à sociedade, como

nos alerta Capucha (2005, p. 91) quando refere que “estar em situação de exclusão não é um “não membro” da sociedade, mas sim um (pelo menos tendencialmente) “não cidadão”, isto é, um membro da sociedade a quem foram retirados, objectivamente, direitos de cidadania”.

A exclusão dos direitos de cidadania tem dificultado a inclusão dos indivíduos que se encontram em situação de sem-abrigo. Mas, afinal, quantos indivíduos são? Esta questão não é pacífica na literatura uma vez que as diferentes definições de sem-abrigo que podemos encontrar na literatura têm dificultado a averiguação estatística, originando discrepâncias nas estatísticas e na sua análise. Consoante o enfoque que se faz, assim será a delimitação do campo de visão, constituindo desde logo uma primeira dificuldade, como podemos verificar no estudo realizado pelo Instituto da Segurança Social (2005, p. 47) ao afirmar que a “abordagem do fenómeno dos sem-abrigo é complexa dada a diversidade de perspectivas de análise que têm sido desenvolvidas, diversidade esta que acaba por se repercutir em através à consensualização de um conceito operacionalizável”. A maioria da investigação realizada em Portugal tem como população-alvo os sem-teto, permanecendo ainda bastante desconhecida a real dimensão das pessoas em situação de sem-abrigo, quando temos em consideração um conceito mais abrangente como o da FEANTSA (2005). No entanto, o “estudo sobre sem-abrigo” do Instituto da Segurança Social, de 2005, que parte da tipologia proposta pela FEANTSA, exprime o número de situações de sem-abrigo identificadas por diferentes instituições, não sendo possível apresentar um número total, uma vez que as pessoas em situação de sem-abrigo são acompanhadas por várias instituições, isto é, são multiassistidas. Na Tabela 1 são apresentados os dados sumários deste estudo, que é um dos mais abrangentes e recentes disponíveis em Portugal.

Tabela 1 – Número de situações de sem-abrigo sinalizadas em Portugal em 2005

	Número de situações sinalizadas			Total
	Instituições	CD Segurança Social	Autarquias	
Pessoa que tem casa mas esporadicamente dorme na rua/centro de acolhimento, devido a pressão intensa no universo familiar	736	273	66	1076
Pessoa que tem casa mas esporadicamente dorme na rua/centro de acolhimento, devido a problemas de fora psiquiátrico ou dependências	2173	296	119	2588
Pessoas que têm alojamento (em casa ou pensão) mas incapaz de o manter sem ajuda de serviços sociais	1270	489	560	2319
Pessoa que pernoita num espaço aberto (rua)	1855	1044	158	3057
Pessoa que pernoita em centro de acolhimento	1334	170	698	2202
Pessoas que pernoitam em casas abandonadas, barracas	1111	330	560	2001
Outras situações (pernoita em casas de arrumos, carro abandonado, varanda cedida, etc.	239	115	81	435
Total	8718	2717	2242	13677

Fonte: adaptado do “Estudo dos sem-abrigo” (ISS, 2005, p.54).

A análise da tabela permite-nos identificar que o maior número de situações identificadas pelas instituições se centra nas pessoas que têm casa mas esporadicamente dormem na rua/centro de acolhimento, devido a problemas do foro psiquiátrico ou dependências (n=2173). Por outro lado, os CD Segurança Social identificam sobretudo situações de pessoas que pernoitam num espaço aberto (n=1044). As autarquias sinalizam sobretudo pessoas que pernoitam em centro de acolhimento (n= 698). Contudo, podemos verificar através dos dados da tabela que o maior número de situações sinalizadas provém das instituições (n=8718), seguindo-se os CD Segurança Social (n=2717) e as autarquias (n=2242), demonstrando que são as instituições as principais interventoras na sinalização de situações de pessoas em situação de sem-abrigo. Ainda com a análise do gráfico podemos concluir que as pessoas se encontram sobretudo a pernoitar num espaço aberto (n=3057).

O maior número de casos de pessoas em situação de sem-abrigo é no distrito de Lisboa, correspondendo este a 41,3%. Dos restantes distritos, embora em número muito inferior, destacam-se Coimbra, Setúbal e Porto (ISS, 2005, p. 52). As pessoas em situação de sem-abrigo recorrem a diversas instituições para usufruírem de diversos serviços, sendo frequentemente usufruído um apoio da mesma natureza, verificando-se também uma sobreposição de respostas na oferta de serviços disponíveis (Gomes, 2009, p. 102).

Um dos fatores-chave envolvido no processo de sem-abrigo é o enfraquecimento ou falta de redes sociais presentes nas sociedades modernas (Domandzic, s.d., p. 18). As redes sociais primárias e secundárias permitem obter recursos que se podem traduzir em apoio emocional, informativo, material e instrumental, ou seja, são fontes de suporte social e de capital social. Ao abordarmos estes tipos de apoio podemos associar um conceito que está relacionado com tais ideias: o conceito de capital social.

A ideia de capital social encontra-se na literatura mesmo antes da formulação do conceito, por exemplo nos trabalhos desenvolvidos por Durkheim (Portes, 2000, p. 134). Na verdade, existem algumas divergências nas diferentes conceções de capital social. No entanto, todas elas comungam do pressuposto básico de que “o capital social é um recurso que deriva das relações, sendo algo que decorre da sociabilidade e das interações estabelecidas entre os indivíduos e a partir do seu pertencimento a grupos sociais” (Veneroso, s/d, p.1), pelo que, genericamente, podemos afirmar que se refere aos recursos aos quais um indivíduo tem acesso e produz nas suas relações sociais. Neste sentido, poder-se-á afirmar que as relações sociais são a base de sustentação da produção de capital social a nível microssocial. Este conceito tem muito em comum com o de rede social, sendo nesta relação que aqui o abordamos.

Na década de 90 do século XX multiplicaram-se as discussões, publicações e congressos sobre o capital social, tornando-se numa ideia “na moda”. É nos estudos desenvolvidos por Bourdieu (1985), Coleman (1990), Portes (2000), Putnam (1993), entre outros, que o conceito de capital social começou a ganhar importância. Bourdieu (1985, p.248) define capital social como “o agregado dos recursos efetivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo”. Na perspetiva deste autor, o capital social é um conjunto de recursos que os indivíduos possuem, como resultado de pertença a um grupo e podem aceder aos recursos de outros indivíduos que pertencem à mesma rede. Apesar disso, as redes de pessoas em situação de pobreza são pobres em recursos, sendo que, a maioria das pessoas vê a sua vida piorar e a capacidade de partilha e solidariedade por parte das redes são menores (Hespanha & Outros, 2002, p. 46). Segundo a análise de Portes (2000, p.135) face à definição apresentada por Bourdieu (1985), o conceito é de índole instrumental, centrando-se nos benefícios angariados pelos indivíduos por pertencerem a grupos e na construção deliberada de sociabilidades tendo em vista a criação de capital social. A perspetiva de Bourdieu (1980, cit in Portes, 2000) permite-nos ver que as redes sociais não são um dado natural, sendo construídas através de estratégias de investimento nas relações sociais, podendo ser utilizadas como fonte de benefícios. A definição apresentada pelo autor “torna clara a existência de dois elementos no capital social: as relações que permitem aos indivíduos acederem aos recursos e a qualidade e quantidade desses recursos” (Portugal, 2007, p.17). Bourdieu (idem) enfatiza a conversibilidade das diversas formas de capital e a redução dessas formas a capital económico (definido como capital humano acumulado).

Coleman (1990), outro precursor do capital social define-o tendo em conta a sua função, e afirma que “o capital social é produtivo, tornando possível alcançar certos fins que não seriam atingíveis na sua ausência” (Coleman, 1990, p.302). Desta forma, os indivíduos que investem em capital social beneficiam indiretamente desse investimento, pois reverte a favor da comunidade. Pode-se deter que os recursos obtidos através do capital social, na ótica do recetor, têm um carácter de dádiva. A dádiva é definida por Caillé (2000:124, cit in Portugal, 2011, p.47) como “toda a prestação de bem ou serviço efectuado sem garantia de retorno, com vista a criar, alimentar ou recriar o vínculo social entre as pessoas”. Importa referir que a verdadeira dádiva é gratuita, no entanto, a gratuidade parece tornar-se uma impossibilidade, pois, na perspetiva deste autor, a dádiva corresponde simultaneamente à criação da dívida (quando se recebe algo, seja em bens ou serviços, cria-se a dívida, sendo ela positiva ou negativa). Criam-se, desta forma, obrigações que são “estabelecidas entre indivíduos no decorrer das trocas sociais e conduzem à criação de créditos e dívidas entre as pessoas” (Silva, 2011, p.108). Segundo

Coleman (1988, cit in Silva, 2011, p.109), as redes ditas fechadas (ou coesas, noutra conceção que preferimos de Guay 1984), onde todos os indivíduos estão ligados entre si, facilitam o desenvolvimento do capital social entre todos os indivíduos, porque partilham a rede, sendo uma rede eficiente, permitindo a partilha de informação e de valores sociais entre todos os membros da sociedade. Sinteticamente Coleman (1990) identifica como principais componentes do capital social, “a confiança, as obrigações e normas, os canais de informação, as normas e as sanções”.

Nas perspetivas destes autores o capital social é visto a partir do indivíduo, todavia, outros autores transferiram os seus questionamentos para a dimensão coletiva. Um desses autores foi Putnam (1993, p.35), que se refere ao capital social como as “características de organizações sociais, como as redes, as normas e a confiança, que facilitam a acção e a cooperação com vista a um mútuo benefício”.

Lin (2001, p.19) é outro autor que aborda o capital social e que o define como “os recursos que são obtidos através de laços e conexões sociais”. Para a obtenção desses recursos as ações instrumentais são essenciais, desenvolvendo-se “entre indivíduos com posições hierárquicas diferenciadas, procurando o que detém a posição inferior beneficiar das oportunidades que o que está em posição superior lhe pode proporcionar” (Almeida, 2011, p.35). Para Lin (2001) a informação, influência e reforço são elementos que conferem ao capital social capacidades explicativas, em determinados domínios, que as formas de capital humano, como por exemplo o económico e o humano não possuem. Este capital gerado nas “relações torna o conceito indissociável do conceito de rede social (Portugal, 2007, p. 15).

No entanto, para que o capital social possa emergir é necessário dinamizar as suas fontes. Assim, Putnam (2009, p.19, cit in Portugal, 2007, p.19) aponta cinco fontes de capital social, a saber: redes sociais, confiança, normas, reciprocidade e valores.

As redes sociais podem ser consideradas como “os sistemas particulares de relações que unem atores sociais” (Fischer, 1977, cit in Guadalupe, 2009, p.50), sendo um dos elementos mais importantes do capital social para todos os autores referidos. A noção de rede “ênfatisa relações entre diversidades que se integram, os fluxos de elementos circulantes nessas relações, os laços que potencializam a sinergia coletiva, o movimento de autopoiese, em que cada elemento concorre para a reprodução de outros, a potencialidade de transformação de cada parte pela sua relação com os demais e a transformação do conjunto pelos fluxos que circulam através de toda a rede” (Mance, 2009, p.279). Segundo Putnam (2001, cit in Silva, 2011, p.132), “os indivíduos isolados não produzem capital social; serão as redes sociais que se estabelecem entre as pessoas aquelas que serão capazes de o produzir, tanto mais quanto maior for a confiança entre os respetivos elementos integrantes”. Assim, as redes sociais são elementos fundamentais no

suporte dos indivíduos, quer ao nível material, quer ao nível afetivo. No entanto, é fundamental destacar que “a existência de uma rede social não é sinónimo da existência efectiva de apoio” (Guadalupe, 2009, p. 82).

A confiança e as relações que se estabelecem a partir dela ajudam a estruturar as posições dos atores. Poder-se-á dizer que o nível de confiança entre os indivíduos da rede está relacionado com o capital social. Segundo Putnam (2001, cit in Silva, 2011, p.133), “a confiança pessoal transforma-se em confiança social através das normas de reciprocidade e das redes de envolvimento cívico, presentes na sociedade, evidenciando, por isso, a importância fulcral das instituições sociais que se enquadram essencialmente na confiança particularizada”. Através da socialização primária constrói-se a confiança e quanto maior o grau de confiança transmitido, maior será a cooperação entre os indivíduos.

As normas são regras “que tornam possível a vida em sociedade, dado que a sua legitimidade e extrinsecidade é generalizada pelos indivíduos e permitem a estabilidade normativa e a estabilidade da própria sociedade” (Silva, 2011, p. 134). De forma mais simples, podem ser equacionadas como regras que regulam o comportamento dos indivíduos na sociedade, sendo assimiladas, através da socialização, as que são ditadas pela cultura dominante e interiorizadas pelos atores sociais que as reproduzem.

Por outro lado, os valores exprimem princípios genéricos aceites tacitamente pelos indivíduos. Para Putnam (2001, cit in Silva, 2011, p.136), em “comunidades ricas em capital social podemos encontrar valores relativos à cooperação entre atores, como sejam a solidariedade e a tolerância”. Através destes valores, por exemplo, os indivíduos geram capital social.

Por fim, a reciprocidade requer que haja uma troca de igual valor, ou seja, pressupõe o cumprimento de obrigações e deveres difusamente aceites, ao mesmo tempo que se apela aos seus direitos. Quando a reciprocidade é justa, os níveis de confiança aumentam e a cooperação entre indivíduos é facilitada.

Contudo, a acumulação de capital só é possível através da reciprocidade das trocas, baseadas na confiança. Estas trocas encontram-se fortalecidas nas redes sociais que os indivíduos estabelecem, nos valores e normas de uma sociedade. O capital social pode ter inúmeras fontes, tais como: a família, escola, comunidades locais, sociedade civil, sector público, género, raça, organizações, entre outras. Os benefícios que o capital social oferece aos indivíduos podem dever-se à ampla rede de amigos, conhecidos e outros grupos, experienciando um maior sentimento de pertença, aumentando a autoestima e um maior prazer com a vida. O maior

difficuldade na análise do capital social é a sua operacionalização, decorrente das suas múltiplas definições e das imprecisões que grande parte delas comporta (Portugal, 2007, p. 20).

Segundo o estudo de Domandzic (s.d., p.26) sobre novos perfis de pessoas sem-abrigo na cidade de Barcelona, as pessoas em situação de sem-abrigo apresentam um capital social vulnerável, situação que está associada à dificuldade de relação com a família e a sua escassa rede social de apoio. Um estudo realizado por Rodrigues (2004, p. 91) refere que numa amostra de 70 pessoas, a maioria (30%) considera que a sua rede social é composta por três elementos e que “5% dos inquiridos revela que a sua rede social é constituída por um elemento apenas”. Ainda noutro estudo podemos ler que as pessoas em situação de sem-abrigo “caracterizam-se pela perda sucessiva de laços familiares, de amizade e com a sociedade em geral. A análise das relações primárias permite colocar em evidência as dificuldades dos sujeitos ao nível do sentido de pertença familiar (predominando um padrão de desligamento ou indiferenciação familiar) da interiorização das funções parentais, do sentido da pertença emocional, na segurança e confiabilidade dos seus laços afectivos com figuras significativas. Isto não significa uma total desafiliação. Geralmente procuram relações de convívio e de proximidade com pessoas conotadas com idênticos estilos e percursos de vida” (Pereira, 2006, p. 53). Todavia as pessoas em situação de sem-abrigo aduzem laços sociais muito ténues com os diferentes setores da sociedade.

Contudo, após uma pesquisa cuidada podemos verificar que existem poucos estudos em Portugal sobre pessoas em situação de sem-abrigo desenvolvidos por Assistentes Sociais, são exemplo: Gomes (2009) – As redes do sem-abrigo e para o sem-abrigo em Coimbra: estudo sobre redes de suporte formal ao sem-abrigo na cidade de Coimbra; Ramalho (2008) – Sopas e cobertores: da desafiliação das pessoas sem-abrigo À inovação das práticas em serviço social; Rebelo (2009) – Sem-abrigo – custo do processo de (re)socialização; Tavares (2010) – Acompanhamento social a pessoas que vivem em situação de sem-abrigo com doença mental.

1.2 Pertinência e Objetivos do estudo

O processo de análise da situação de sem-abrigo, pela sua complexidade, requer uma posição reflexiva e de respeito pelo outro. Para perceber as pessoas que estão em situação de sem-abrigo é primordial auscultá-las, ouvir as suas trajetórias de vida e perceber qual o seu quotidiano. O respeito e compreensão pela sua trajetória de vida é um princípio basilar para compreender todo o processo. Esta trajetória de vida pode dever-se a diversos fatores, geralmente intrincados, sejam eles de nível económico, afetivo, psicológico ou, simplesmente,

opcional/obrigação. Esta questão é polémica, no entanto, muitas vezes é uma situação concebida pelos próprios como opção. O trabalho voluntário desenvolvido no projeto “Levantados do Chão”, que tem como objetivo desenvolver uma abordagem integrada, pluralista e multidisciplinar para o desenvolvimento da cidadania, cultura e cooperação para o desenvolvimento sustentável em Coimbra, permitiu o contacto com as pessoas em situação de sem-abrigo. Desta experiência, apercebi-me que nos seus discursos informais, mais do que um prato de comida, um cobertor ou um telhado novo, elas buscam afeto e alguém que despenda o seu tempo para compreender a sua atual situação. Por vezes comentam que o que os outros pensam ser o melhor para elas, por vezes torna-se no seu pesadelo.

A escassez de estudos realizados nesta área ocasionou que se apostasse neste estudo, sobretudo mostrando e relacionando conceitos até então pouco abordados e catalogados com esta problemática. Como refere o texto da ENIPSA “ não existe uma prática de esforço integrado no estudo do problema dos sem-abrigo em Portugal, não obstante, nos últimos anos, tem-se vindo a verificar um aumento significativo dos esforços de recolha de informação sobre a população sem-abrigo, na maioria dos casos da responsabilidade de instituições que desenvolvem trabalho de intervenção junto da população sem-abrigo. (...) Raramente esta recolha se tem feito acompanhar de um trabalho de reflexão e de análise suficientemente consistente que permita ultrapassar a natureza fortemente descritiva” (ENIPSA, s/d, p.9).

Destaca-se também a relevância que o tema tem para o Serviço Social. Sendo a defesa dos Direitos Humanos um dos principais pilares do Serviço Social, cabe a estes profissionais denunciarem e intervirem numa das formas mais extremas de exclusão social. Para tal, a “inserção social e/ou profissional dos sem-abrigo não é um estado mas antes um processo, que envolve várias etapas e mutações relacionais” (Bento & Barreto, 2002, p.112), sendo necessário a conjugação de vários atores sociais para que a intervenção possa ter frutos. Só através do conhecimento da situação de sem-abrigo é que se pode planear e desenvolver ações de intervenção e criar políticas sociais.

Bebendo das palavras de Quivy e Campenhoudt (2008, p.32), enunciar o projeto de investigação na forma de uma pergunta de partida é exprimir o mais exatamente possível o que se procura saber, elucidar, compreender melhor. A pergunta de partida pretende ser o fio condutor de toda a pesquisa, sendo a questão a ser investigada: Quais os processos de emergência e manutenção do capital social nos laços sociais das pessoas em situação de sem-abrigo?

A presente investigação tem como objetivo geral conhecer e compreender os processos de emergência e manutenção do capital social nos laços sociais das pessoas em situação de sem-abrigo.

Apresentamos como objetivos específicos, analisar e compreender: as trajetórias da situação de sem-abrigo (no seu eixo espaço-temporal); os principais tipos de laços sociais das pessoas em situação de sem-abrigo; que tipos de relação estabelecem com as instituições; a percepção sobre as relações sociais como fontes de capital social; níveis de confiança e reciprocidade; principais valores e normas que emergem; tipo de redes sociais das pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo.

2. MATERIAL E MÉTODOS

2.1. Modelo de análise

A exploração da fundamentação teórica relativa ao problema de investigação fez emergir o modelo analítico que “constitui a charneira entre a problemática fixada pelo investigador, por um lado, e o seu trabalho de elucidação sobre um campo de análise forçosamente restrito e preciso, por outro” (Quivy e Campenhoudt, 2008, p.109). Assim, foram considerados os conceitos de Laços Sociais e Capital Social. Para o primeiro conceito foram delimitadas quatro dimensões, a saber: filiação, participação eletiva, participação orgânica e cidadania. No segundo conceito consideraram-se as seguintes dimensões: redes sociais, confiança, valores, normas e reciprocidade (cf. Quadro 1). A elaboração deste modelo de análise permite sintetizar o pensamento e as opções teóricas da investigação.

Quadro 1 – Modelo de análise

Conceitos	Dimensões	Indicadores	Recursos
Laços Sociais (Paugam, 2009)	Filiação	Laços de consanguinidade (entre pais e filhos; irmão)	Apoio emocional; Apoio informativo (locais de pernoite; instituições a que podem recorrer; locais onde se podem alimentar; trabalho; pessoas com influência; etc.)
	Participação electiva	Socialização extrafamiliar (cônjuge, amigos e outros próximos)	
	Participação orgânica	Atores da vida profissional ((ex)colegas de trabalho, (ex)chefias)	
	Cidadania	Membros de uma organização (instituições) – participação social, acesso a recursos (direitos/deveres)	
Capita Social (Bourdieu, 1980; Coleman, 1990; Putnam, 1996)	Redes Sociais	Tamanho da rede e recursos (emocionais; informativos; instrumentais/materiais)	Apoio instrumental/material (proteção; local de pernoite; alimentos; cobertores, sacos de cama, roupa, etc.)
	Confiança	Nível de confiança	
	Valores e Normas	Amizade; amor; respeito; responsabilidade; justiça; democracia; cooperação; honestidade; solidariedade; tolerância	
	Reciprocidade	Nível de reciprocidade (dádiva; dívida)	

Fonte: Quadro analítico realizado pela autora

2.2. Tipo de investigação

A presente investigação inscreve-se no âmbito da pesquisa qualitativa do tipo descritiva. Como refere Gil (2002, p.42), “as pesquisas descritivas são (...) as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática”, procurando “conhecer e interpretar a realidade, sem nela interferir para modificá-la” (Rúdio, 2007, p.69). Descrever é narrar o que acontece e após a descrição é necessário classificar os dados e interpretá-los. Este tipo de

pesquisa é comumente utilizado pelas ciências sociais para abordar problemáticas cujo registo documental é escasso.

Como referimos, o estudo apresenta um cariz qualitativo, sendo este tipo de pesquisa “particularmente importante para o estudo das relações sociais, dada a pluralidade dos universos de vida” (Flick, 2005, p.2). A mudança social e a diversidade dos universos de vida levam a que os investigadores sejam confrontados com novos contextos sociais e novas perspetivas. Existe um contacto direto com o sujeito da pesquisa, incidindo na narrativa oral, isto é, na oralidade. Assim, é imprescindível que a investigação recorra a “estratégias indutivas: em vez de partir das teorias para o teste empírico, o que se exige são “conceitos sensibilizadores” para abordar os contextos sociais que se quer estudar” (Flick, 2005, p.2). Ao ser indutivo, o investigador desenvolve conceitos, ideias e entendimentos, a partir de padrões encontrados nos dados recolhidos. Martinelli (1999, p.22-24) afirma que “não se trata de uma pesquisa com um grande número de sujeitos, pois é preciso aprofundar o conhecimento em relação àquele sujeito com o qual estamos dialogando (...) Como não estamos procurando medidas estatísticas, mas sim tratando de nos aproximar de significados, de vivências, não trabalhando com amostras aleatórias, ao contrário, temos a possibilidade de compor intencionalmente o grupo de sujeitos com os quais vamos realizar nossa pesquisa”. Um recurso metodológico importante neste tipo de pesquisa é o uso da conceção de sujeito coletivo, no sentido que “não é o número de pessoas que vai prestar a informação, mas o significado que esses sujeitos têm, em função do que estamos buscando com a pesquisa” (Martinelli, 1999, p.24). Os traços fundamentais deste tipo de pesquisa são: carácter inovador (busca o significado atribuído pelos sujeitos, referentes às suas experiências sociais); dimensão política e construção coletiva (parte da realidade dos sujeitos e é devolvida de forma crítica e criativa); colocar-se como algo hermético (pesquisa realizada pela via da complementaridade e não da exclusão) (Martinelli, 1999, p.27). Assim, este tipo de pesquisa permite o reconhecimento da singularidade do sujeito e da sua experiência.

2.3. Procedimentos estratégicos e metodológicos

Na recolha de informação foi utilizada a entrevista semiestruturada que permite estabelecer uma interação entre entrevistador e entrevistado, recolher informações com maior profundidade e a possibilidade de esclarecer alguma questão que possa surgir. Estas “geram compreensões ricas das biografias, experiências, opiniões, valores, atitudes e sentimentos das pessoas” (May, 2004, p.145). Reforçando esta ideia, Quivy e Campenhoudt (2008, p.192) afirmam que “o investigador dispõe de uma série de perguntas-guias, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação da parte do entrevistado”. Assim, elaborou-se um guião de

entrevista (ver Apêndice), contendo os pontos-chave que se pretendem abordar no decorrer da entrevista. A questão mais importante na construção do guião foi a “clarificação dos objetivos e dimensões de análise que a entrevista comporta” (Guerra, 2010, p.53), estruturando-se em torno do modelo de análise construído. As entrevistas foram de duração variável, a mais longa teve a duração de 51 minutos e a de menor tempo foi de 20 minutos. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra, permitindo todo o tipo de análise, não correndo o risco de perder dados relevantes, tendo o conhecimento e consentimento verbal dos entrevistados.

Após a elaboração do guião de entrevista e a sua aplicação, privilegiou-se a análise de conteúdo. A análise de conteúdo é uma técnica que permite analisar a informação recolhida e proceder à inferência dos resultados mais significativos. Segundo Bardin (1979, p.38) “a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Qualquer tipo de mensagem e formas de expressão dos sujeitos sociais são o suporte instrumental da análise de conteúdo. Como produto, este tipo de análise apresenta um conhecimento não-linear, uma vez que a sua derivação se dá pela observação social do objeto de estudo, tendo bastante significado o tempo e a circularidade da comunicação (Setúbal, 1999, p.59). As fases constitutivas da análise de conteúdo são as seguintes: desenho da investigação; pré-análise; estudo exploratório do material levantado; análise e interpretação dos dados (Setúbal, 1999, p.76). Assim, a análise de conteúdo efetua-se através de codificação, ou seja, “o processo no qual as características resultantes do conteúdo de uma mensagem se transformam em unidades que permitam sua descrição e análise” (Sampieri, 2006, p.344). Aquando da codificação é necessário definir o universo, as unidades de análise e as categorias de análise, ainda assim, é fundamental ter cuidado na codificação, nomeadamente, na clareza das categorias e que o investigador esteja atento às formas como elas se vão manifestando a partir do estudo do material recolhido. A categorização foi constituída a priori, tendo por base o modelo de análise previamente elaborado, de acordo com a revisão da literatura, não tendo emergido novas categorias na análise das entrevistas.

2.4. Participantes

A inclusão ou exclusão dos indivíduos na amostra foi determinada por critérios previamente definidos, sendo eles: serem pessoas em situação de sem-abrigo na cidade de Coimbra; ter mais de 18 anos; falar o mesmo idioma que o investigador, evitando o recurso a um intermediário; apresentar disponibilidade e capacidade para responder à entrevista. A amostra foi selecionada por conveniência, tendo em conta a acessibilidade e disponibilidade dos indivíduos,

pretendendo atingir-se o nível de saturação na recolha de informação. A amostra por saturação é usada para estabelecer ou delimitar o tamanho final da amostra em estudo, suspendendo a integração de novos participantes na investigação, por se considerar uma certa redundância ou repetição nos dados obtidos (novos participantes da pesquisa pouco acrescentariam ao material já obtido). Podemos afirmar, no entanto, que as vicissitudes e constrangimentos associados a um processo investigativo, nomeadamente decorrentes do tempo passível de dedicar à pesquisa, não permitiram a saturação em todas as categorias.

Tivemos 6 participantes no presente estudo, sendo apresentadas algumas das suas características na tabela 2.

Tabela 2 – Caracterização dos participantes

	Idade	Nacionalidade	Sexo	Escolaridade	Situação profissional	Profissão	
						Atual	Última
Ent. A	47	Portuguesa	Masculino	6º ano	Empregado	Proteção civil	Carpinteiro
Ent. B	22	Portuguesa	Masculino	4º ano	Desempregado	-	Carpinteiro
Ent. C	43	Portuguesa	Masculino	6º ano	Desempregado	-	Operário da construção civil
Ent. D	41	Portuguesa	Masculino	4º ano	Desempregado	-	Motorista
Ent. E	52	Portuguesa	Masculino	9º ano	Desempregado	-	Marceneiro
Ent. F	53	Iraqiana	Masculino	12º ano	Desempregado	-	Hotelaria

A amostra deste estudo é composta por 6 indivíduos do sexo masculino. As idades variam entre os 22 e os 53 anos. A nacionalidade é na sua maioria portuguesa (n=5), havendo um Iraquiano. No que se refere à escolaridade todos são alfabetizados. Dois têm o 4º e 6º ano de escolaridade, um tem o 9º ano e com o 12º ano temos apenas um indivíduo. Os indivíduos com menor idade são os que apresentam menor escolaridade.

No que se refere à situação profissional apenas um está atualmente empregado, estando cinco indivíduos no desemprego. As profissões exercidas pelos indivíduos entrevistados são variadas: carpinteiro (n=2), operário da construção civil (n=1), motorista (n=1), marceneiro (n=1) e hotelaria (n=1).

3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente trabalho analítico inicia-se com o estudo sobre o material recolhido, pois como refere Guerra (2010, p.32), o investigador tem um “papel fundamental, não se limitando a contar o que lhe contaram, mas interpretando essa narração, produzindo as categorias e preposições (hipóteses explicativas) indispensáveis ao entendimento dos fenómenos através de um processo indutivo com origem na própria narração - e não da sua relação com as categorias oficiais”.

Neste sentido, procedemos à apresentação e análise dos discursos das pessoas em situação de sem-abrigo no âmbito da presente investigação, de modo a responder à nossa pergunta de partida, bem como aos objetivos gerais e específicos. Iniciaremos a análise dos discursos dos entrevistados pelos conceitos e respetivas dimensões fazendo a ligação com os indicadores presentes no modelo de análise.

Chamamos a atenção para o facto de termos usado apenas as iniciais no caso de nomes próprios de pessoas e de localidades.

3.1. Laços Sociais

Nas várias dimensões de análise dos laços sociais pretendeu-se compreender de que forma os diferentes tipos de laços, apresentados por Paugam (2009), influenciam na situação de sem-abrigo. Para tal, questionou-se os indivíduos sobre a sua trajetória de vida, a nível familiar, escolar e profissional, sendo estas três áreas também campos relacionais muito relevantes no estabelecimento dos nossos vínculos primários.

3.1.1) 1º Dimensão: Laços de Filiação e Parentesco

Quando colocada a questão “O que o levou a viver na rua?”, dois dos seis entrevistados referem que foi devido a rutura nos laços de consanguinidade (entre pais e filhos; irmãos).

“Chateei-me com os meus pais. (...) Discussões atrás de discussões e depois baterem em família e isso... (...) O meu pai (pausa). (...) Com 16 anos [idade com que começou a dormir na rua] ” (ent. B).

“Eu cheguei à situação de rua porque não tinha meios para estar... aliás, eu não conseguia... Eu tenho uma irmã e dou-me mal com ela. E também não quis pedir ajuda a ela. Depois chegou o ponto em que a gente fica na rua. (...) O pior foi a morte dos meus pais. A minha mãe faleceu de doença e passado cinco meses o meu pai enforcou-se” (ent. C).

Nas sociedades familistas (Portugal, 2006), os laços de filiação e parentesco constituem uma base muito relevante da pertença social, tendo funções ao nível da socialização e da construção identitária dos indivíduos (Paugam, 2009, p. 64-68). Os valores familistas “parecem marcar profundamente as relações sociais no nosso país, enraizadas nas representações e práticas

dos indivíduos e, também, no enquadramento jurídico que rege as relações familiares” (Portugal, 2006, p.96). O estudo de Portugal (2006) afirma que a rutura dos laços sociais pode originar desequilíbrio emocional e material, uma vez que há o “apelo aos valores familistas e a centralidade da família na protecção social” (Portugal, 2006, p.6), reforçando ainda que na sociedade portuguesa é “nos laços familiares que a maioria das pessoas encontra resposta para as suas necessidades de apoio material e afetivo” (Portugal 2006, p.488), sendo elas cruciais para os indivíduos fornecendo segurança e apoio. Também poderão funcionar como uma “dimensão representacional partilhada que permite a criação das identidades individuais através de uma identidade coletiva familiar” (Aldeia, 2011, p. 77). Assim, a sua rutura poderá ser um fator determinante na situação de sem-abrigo. Os seis participantes fazem referência à família ao longo das entrevistas demonstrando alguma nostalgia e evidenciando a relevante posição que estas tiveram ou têm na sua vida, mesmo que os contactos com ela não existam ou que estes sejam esporádicos.

“Tenho tantas pessoas aqui em Portugal em quem possa pedir ajuda. A quem? À minha família toda. E eles ajudavam-no? Sim, penso que sim. Ninguém me diria que não. Todos gostam de mim e têm boas recordações minhas. E porque não o faz? Não sei. Porque não tenho dinheiro no telefone, se calhar. E quando tem dinheiro no telefone? Sabes há quanto tempo é que eu não tenho dinheiro? Já não me lembro de ter dinheiro. É verdade, portanto (risos). Acho que não iria ter problemas nenhuns. Tenho irmãos empresários, tenho a minha casa de família. E é bem perto daqui (...). Há dias estive a falar com a minha irmã, a minha R.e ela disse-me: tu não conheces a tua sobrinha” (ent. E).

Os entrevistados não têm contactos frequentes com a família. O único que mantém contacto com os filhos fá-lo esporadicamente e não revela a condição em que se encontra. Alguns entrevistados fizeram algumas tentativas para restabelecer os laços de filiação e parentesco, mas esta tentativa foi frustrada, pois, na maior parte das vezes não o conseguiram, como ilustra o excerto.

“Tem irmãos? Da minha própria família lá no I. [país estrangeiro] tenho 3 irmão. Um está em L[país estrangeiro], outro em I. [país estrangeiro] e outro na H. [país estrangeiro]. São todos artistas plásticos. Costuma ter contacto com eles? Sim. Costumamos escrever e telefonar. Quando eu tinha dinheiro ia visitá-los. Cheguei a ir à H. [país estrangeiro]. Eles sabem que o F. está na rua? (pausa longa). Eu quando escrevo não digo que estou na rua. Digo que não tenho casa e que estou a ser ajudado pelos amigos E... e que não tenho a minha própria casa. O que eles pensam sobre isso? Dizem que tenho que me mexer, lutar. Porque eles pensam que... A vida lá é diferente. Nestes países n. o nível de apoio social... (pausa) Também existem sem-abrigo lá. Eles não sabem como é cá. E a restante família? Só ficamos nós os três” (ent. F).

No entanto, em caso de necessidade, a primeira escolha recai sobre os recursos aos familiares. Mas, nem sempre esse pedido de auxílio se chega a concretizar, pois, por vezes, existe a vergonha da situação em que o indivíduo se encontra, e/ou ainda devido à falta de meios e/ou por causa da rutura relacional ao nível dos laços de parentesco. Desta forma, o presente contexto sociopolítico (desemprego, precariedade, crise do Estado-Providência, etc.) desafia-nos a (re)pensar o lugar da família na nossa sociedade e a refletir sobre o seu lugar na construção do bem-estar individual e coletivo. A crise do Estado-Providência impulsionou a “(re)descoberta do Sociedade-Providência, ou seja, à ideia de que as redes informais e, sobretudo, a família, são um elemento importante no apoio social” (Portugal, 2007, p.16), fundamental para o bem estar numa sociedade. Segundo Boaventura Sousa Santos (1995) o Estado-Providência nunca atingiu o seu pleno desenvolvimento, impulsionando, desta forma, a emergência da Sociedade-Providência, que se define como as “redes de relações de interconhecimento mútuo e de entreajuda baseada em laços de parentesco e de vizinhança, através dos quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não mercantil e com uma lógica de reciprocidade semelhante à da relação de dom estudada por Marcel Mauss” (Santos, 1995, p. 1). No entanto, os princípios e valores que lhe estão na base são profundamente distintos (Guadalupe, 2003, p. 79), bem como as prestações e recursos que daí ocorrem.

3.1.2) 2º Dimensão: Laços de participação eletiva

Os laços de participação eletiva são escolhidos pelos indivíduos, ou seja, baseia-se na construção da rede de pertença, permitindo a socialização extrafamiliar. O seu caráter eletivo permite que pessoas tenham a liberdade de escolher e estabelecer as relações de acordo com seus desejos, aspirações e valências emocionais (Paugam, 2009, p. 68). Aquando da sua rutura a socialização pode ficar comprometida, já a sua (re)construção poderá constituir um elemento fundamental para sair da situação de sem-abrigo.

“Eu tive a viver 11 anos na V., com a mãe da minha filha. Comprei lá um apartamento, depois pedi empréstimo ao banco, depois o meu pai teve possibilidades de me ajudar a pagar e eu paguei, mas depois saímos de lá. Quando eu me separei da minha companheira, que não fomos casados, ficou um acordo no advogado que o apartamento é da minha filha. Mas nem eu, nem ela podemos lá dormir. (...) Depois fui viver para casa da minha mãe, dos meus pais, de novo. A minha irmã, pouco antes da minha mãe falecer, pensou em divorciar-se do marido, tinha uma boa casa e, depois, ficou com a casa dos meus pais. Só que eu na casa dos meus pais tenho metade e, essa metade ainda não a recebi” (ent. C).

“O que o levou a viver na rua?”

O meu divórcio. Divorciei da mulher e depois ela levou uma vida que não gostei, ela ficou com a casa e depois ficou com a miúda e eu saí” (ent. D)

Nestas duas entrevistas podemos verificar que a rutura dos laços de participação eletiva é importante para entender como se chega à situação de sem-abrigo, sendo um exemplo o divórcio. O entrevistado D refere que o que o levou a viver na rua foi o divórcio, tendo consciência que a forma como o encarou desencadeou um conjunto de acontecimentos que favoreceram a situação de sem-abrigo. Sendo comum esta situação a mais três entrevistados. Como refere Menezes (2008, p. 154), para “pessoas já fragilizadas o divórcio cria um trauma emocional assumindo-se como causa primordial” para a situação de sem-abrigo, uma vez que o sistema de apoio social está fragilizado.

As rupturas potenciadas pelo divórcio e, a forma como é encarado, apresenta um peso elevado na situação de sem-abrigo entre os nossos entrevistados. Num estudo realizado por Menezes (2008, p.208) a 45 pessoas em situação de sem-abrigo nas cidades de Lisboa, Paris e Londres (15 indivíduos para cada cidade), a autora concluiu que o divórcio representa uma fractura nos contactos familiares, incluindo com filhos”, salientando que esta situação de vulnerabilidade é desencadeada sobretudo pelo modo como perturba a capacidade de resistência do indivíduo. Portugal (2009, p.87) cita os estudos desenvolvidos por Martin (1992) e Rands (1988) sobre o divórcio e a rutura conjugal, afirmando que apontam, por um lado, “para a importância fundamental da família como fonte de suporte afectivo e, por outro lado, para o seu papel, muitas vezes fulcral, de garantia de um nível de vida material satisfatório”. A confiança é também afetada, sendo um ponto a desenvolver mais adiante. A reconstituição deste laço e a criação de novos vínculos significativos podem demorar algum tempo.

*“Sou desconfiado com as pessoas. Até ficar com uma ideia das pessoas, fico sempre com o pé atrás. **Porquê? Já aconteceu alguma coisa? Sim. Já me fizeram uma. Que coisa? Essa não te vou contar. É uma coisa só minha que não te vou contar. Nunca contei a ninguém. A partir daí é que... É que fiquei com medo das pessoas. Não é medo. É a confiança que podia dar e não dou. Tem amigos? Que amigos é que eu tenho?! Eu não tenho amigos, ando sempre sozinho. Não sente falta de ter amigos? Não. Sozinho sempre. (...) Apanhei uma desilusão e para mim acabou. Que desilusão foi? Isso não vou dizer. Foi traição? (pausa) Foi. A primeira mulher? Não, a segunda” (ent. D).***

Como referido anteriormente, a rutura deste laço poderá originar um isolamento social e, assim, emergirem sentimentos de traição e abandono, como podemos verificar no excerto supracitado.

Este tipo de laço é muito significativo para o indivíduo, uma vez que partiu da sua escolha. Sendo um tipo de vínculo opcional e não imposto, a sua rutura e/ou construção abarca dimensões mais significativas.

3.1.3) 3º Dimensão: Laços de participação orgânica

Analisando-se, seguidamente, os laços de participação orgânica (atores da vida profissional), podemos verificar que a sua rutura tem um papel importante na emergência da situação de sem-abrigo. Tal como o tipo de laço apresentado anteriormente, este é fundamental para o indivíduo. Como podemos verificar, a rutura do laço de participação eletiva aduz como o principal fator da situação de sem-abrigo da maioria dos entrevistados. No entanto, conjuntamente com ele, o laço de participação orgânica também se revela bastante significativo.

“Eu estive a trabalhar numa empresa que era ali na Q.da P., depois, aqui na altura a Drª. tinha dito que se eu estava a trabalhar que era altura de arranjar um quarto. Entretanto, pensei que o trabalho me desse para mais tempo, recebi o primeiro mês e fui logo para um quarto. Saí daqui. Depois só trabalhei lá um mês e sete dias. Nem me pagou os sete dias que trabalhei nem me deu a carta para o subsídio de desemprego. Depois não quis pedir aqui mais [Farol], também acho que não havia vagas e também não quis pedir” (ent. C).

“O desemprego. (...) Eu sempre trabalhei muito e em vários sítios. Sempre fui muito trabalhador, só que perco os trabalhos por causa do... não digo que seja por causa do vinho. É que há aquelas pessoas, que são invejosas e eu não consigo enfrentá-las e saio. Abandona o trabalho? Sim. Mas o que tem feito? Trabalhei muito tempo na hotelaria. Em B[país estrangeiro].? Não. Em B. [país estrangeiro] trabalhei numa tipografia à noite. Para não pedir dinheiro aos pais para estudar e até ajudava em casa. E na S[país estrangeiro]? Na S. [país estrangeiro] também hotelaria. E em Portugal? Também em hotelaria, na fábrica de moagem, na construção civil e isso. E cá em C.[em Portugal]? Trabalhei na hotelaria, no restaurante I., ali. Trabalhei num restaurante na p. do c., naquelas esplanadas. E trabalhei aqui nas g. de S. C., no café-bar. E saiu por causa dos colegas de trabalho? Aqui a patroa era fascista. E eu não gosto de fascistas” (ent. F).

Os laços de participação orgânica estabelecidos com os atores da vida profissional permitem que os indivíduos possam alargar a sua rede de pertença, tornando-se um elemento chave para o estabelecimento de vínculos. Com o afastamento da vida profissional os laços mais frágeis são os primeiros onde ocorre a rutura e posteriormente poderão ocorrer nos outros. No contexto de um sistema capitalista de mercado é o elemento chave de inclusão social, pois gera “maior envolvimento participativo do indivíduo na sociedade, visto que o emprego possibilita a capacidade de decisão, de escolhas relativamente à utilização dos recursos sociais e de pleno exercício de cidadania. Por outro lado, o desemprego sobretudo de longa duração causa danos psicossociais, tais como a perda de competências e autoestima” (Silva, 2008, p.5).

Outro fator importante resultante da integração na vida profissional é o salário auferido em troca da força de trabalho que permite que o indivíduo tenha acesso a determinados bens ou serviços. Cinco entrevistados referem o emprego como fundamental para mudar a sua vida e sair da situação de sem-abrigo.

“Arranjar um trabalho, nem que seja naquilo que for. A minha profissão é construção civil, mas se arranjasse para ir trabalhar na agricultura isso... desde que fosse um trabalho que fosse remunerado” (ent. C).

“Se eu conseguisse ter um trabalho e um salário para eu sobreviver era a coisa mais linda que eu podia ter na minha vida. (...) Arranjar um trabalho... mudava tudo na minha vida” (ent. D).

“Arranjar um emprego. Simples (pausa) a única solução. Para eu sair da rua é um trabalho” (ent. F).

A emergência da situação de sem-abrigo, sobretudo para os sem-teto, elimina quase totalmente este laço. Partilhando das palavras de Bento e Barreto (2002, p.88), “o trabalho é o grande organizador social, a partir do qual o indivíduo afirma a sua pertença a uma comunidade, e garante a sua subsistência e sobrevivência. O ócio é visto como fonte de vícios e um acto anti-social”. O emprego é identificado como a porta de acesso a um conjunto de reconhecimentos e vínculos, tornando-o tão desejado. O facto de ir a uma entrevista de emprego e dar a morada de uma instituição ou não ter morada é um entrave para a sua admissão. Por outro lado, o facto de viver na rua vai causando alguma deterioração no seu aspeto físico e apresentação. O queimar do sol e do frio, a precária higiene, a escassa alimentação e a falta de afeto, entre outros fatores, vai desgastando o indivíduo, trazendo marcas e modificações para o seu aspeto físico e saúde mental. Partilhando da opinião de Aldeia (2010, p. 80), “não ter habitação diminui drasticamente a possibilidade de aceder ao emprego e não ter emprego torna mais difícil manter a habitação”.

O trabalho remunerado, no contexto de um sistema capitalista, é tido como o meio de inserção social e de proteção da pobreza, por excelência. No entanto, em Portugal aponta-se para que exista uma manutenção da situação de pobreza numa percentagem considerável da população, apesar das pessoas trabalharem. Segundo Bruto da Costa (2007, p.40), na primeira metade dos anos 90, os pobres eram constituídos sobretudo por família de pensionistas (36%), de trabalhadores empregados (16%) e de trabalhadores por conta própria (33%), demonstrando que o facto de se ter emprego não significaria que não estava em risco de emergir numa situação de pobreza. Assim, a proteção que o laço pode assegurar fica limitada pelo seu acesso à vida profissional.

3.1.4) 4º Dimensão: Laços de cidadania

Os laços de cidadania devem ser analisados tendo em conta a sua participação social e o acesso a recursos. A cidadania dos indivíduos em situação de sem-abrigo apresenta-se como muito frágil, pois o acesso a um conjunto de “sistemas sociais básicos” (Costa, 2007, p.14) é muito limitado. Costa (ibidem) agrupa esses sistemas em cinco domínios que classifica de social, económico, institucional, territorial e das referências simbólicas. Ainda nas palavras de Costa (2007, p. 32), “associando as duas perspetivas, a da exclusão dos sistemas sociais básicos e a perda do poder, creio que somos necessariamente levados a concluir que a pobreza (...) constitui, além do mais, um problema de cidadania”. A pobreza permite a vivência de perdas simbólicas como a auto-estima, sentimentos de pertença, identidade social e pessoal, entre outras, e também à perda de poder, revelando-se um problema de cidadania.

A manutenção na situação de sem-abrigo reconfigura o laço de cidadania, alterando a proteção e o reconhecimento conferido por este, ficando o acesso a recursos e a participação social comprometidos com a sua rutura. Entre os fatores mais comuns para a situação de sem-abrigo podemos identificar a fragilidade das redes sociais (primárias e secundárias) que convergem posteriormente em situações de rutura e isolamento social, processo este que se relaciona com o conceito de desafiliação citado por Castel (2003). Assim, através do processo de desafiliação o indivíduo em situação de sem-abrigo experiencia um “afastamento do mercado laboral regular, dos sistemas de protecção social e das redes sociais” (Aldeia, 2011, p. 30), ficando, desta forma, a cidadania do indivíduo comprometida. Foi referido anteriormente que a rede social das pessoas em situação de sem-abrigo e, sobretudo, uma rede social secundária, assim serão analisadas as instituições de apoio e o tipo de apoio prestado, uma vez que este tipo de laço deve ser analisado segundo a participação social e o acesso a recursos por parte do indivíduo.

“Qual a sua relação com as instituições? As nossas instituições são uma merda. Agora disseram-me que o GAT UP não é para mim, porque aquilo é só para drogados. Disse-me a M., a chefe daquilo. Disse que: tenho que me sentar contigo e conversar contigo. Senhora Dr^a. sabe que quando eu vim para cá ofereceram-me tudo aqui. Mas eles não podiam. Eu disse: Oh M. esclareça isso com a Dr^a. Tu é que não queres fazer RSI, não queres fazer nada. Achas que eu devo de ir fazer o meu RSI, perguntei eu. E depois dá-me o resto do dinheiro que eu preciso para viver bem? Mas 180€ são sempre 180€. E eu disse: então mete os 180€ no cu. Prontos. Que eu não aceito isso. Eu já descontei aqui rios de dinheiro. Eu já fui cá empresário em Portugal. Mas depois os últimos 16 anos vim cá 2 vezes e nos últimos 11 não vim cá uma única vez. Mas foi mesmo de propósito. Era mesmo para esquecer. Desculpa lá por te ter respondido assim tão coiso, mas é o que eu penso” (ent. E).

“Qual a sua relação com as instituições? Não tenho. A única é o GAT UP. A minha relação com eles é boa. Costuma ir ao GAT UP? Sim. A minha morada é lá. Vou lá buscar as cartas, tomar banho de vez em quando. Como na cozinha económica. Mas agora até terça não como porque a cozinha económica está fechada. Ontem, hoje [sábado], amanhã está fechada. O que vai comer? Trouxe uma salada que sobrou ontem do jantar da república. E nos outros dias, como pensa fazer? (pausa) Não sei” (ent. F).

“Qual a sua relação com as instituições? Eu só estou no CAT, vou lá tomar a metadona e mais nada. Como é a relação com o CAT? Nada boa, porque não têm condições nenhuma. Uma pessoa quer ir ao quarto de banho fazer fezes e tens a sanita entupida. O que é isso?! Um gajo ter que ir fazer à rua?! Por isso é que eu não gosto de falar porque depois digo coisas que não devo” (ent. D).

*“Qual a sua relação com as instituições?
Para mim acho que é boa. Eu acho que... Pronto, a principal que eu gosto é esta. Tive na Casa Abrigo não gostei” (ent. C).*

Como se pode verificar pelos excertos de quatro dos seis entrevistados, podemos identificar cinco instituições de apoio: “GAT UP”, a Cozinha Económica, o “CAT”, a Casa Abrigo e o Farol. Gomes (2009, p. 53) no seu trabalho de investigação identificou em 2009 oito instituições na cidade de Coimbra que trabalham com pessoas em situação de sem-abrigo, sendo elas: Fundação Assistência médica Internacional (AMI) – Centro Porta Amiga de Coimbra; AnaJovem - Associação Nacional de Apoio aos Jovens; Associação Integrar; Cáritas Diocesana de Coimbra – Centro de Acolhimento Farol e Centro Reduz; Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco – Casa Abrigo Padre Américo (CAPA); Associação Cozinhas Económicas Rainha Santa Isabel; Câmara Municipal de Coimbra - Equipa Móvel de Intervenção aos Sem-Abrigo (EMIS); e o Centro de Apoio ao Sem-abrigo de Coimbra (CASA). As instituições não têm só as pessoas em situação de sem-abrigo como população-alvo, abarcam também Outros grupos com elevada vulnerabilidade social. No tipo de apoio prestado “sobressaem duas categorias: a primeira caracteriza-se pelo apoio às necessidades básicas e a segunda pode caracterizar-se como o apoio à reintegração/inserção dos indivíduos na sociedade” (Gomes, 2009, p. 66). Os resultados apresentados por Gomes (2009, p. 66) mostram-nos que na “primeira categoria, verifica-se que 62,5% das instituições proporciona refeições sendo que uma instituição presta o almoço, outra o almoço e o jantar, uma pequeno-almoço e jantar e duas o pequeno-almoço, o almoço e o jantar. O mesmo número de instituições (5) refere o apoio médico e apoio à higiene pessoal dos utentes. O apoio ao vestuário e o apoio psicossocial é referido pela maioria das instituições, verificando-se em 87,5%. Passando para a segunda categoria, o alojamento temporário é assegurado por 2 instituições (25%) e constata-se que não existe a modalidade de habitação assistida em nenhuma instituição. Da mesma forma, verifica-se que os

programas ocupacionais, o programa metadona, a formação e a inserção profissional existem em 2 instituições (25%)”. Analisando estes resultados, podemos verificar que as respostas sociais fornecidas pelas instituições são essencialmente de carácter assistencialista.

Outro ponto relevante nesta análise é o conflito com as normas sociais vigentes na sociedade atual, onde a prolongada manutenção na situação de sem-abrigo conduz à perda de certas normas, regras e competências sociais, entendidas pela restante sociedade como estilo de vida marginal. O facto de as instituições estarem providas de regras e normas rígidas poderá constituir-se como um ponto de conflito (Tavares, 2010, p.50).

3.2) Capital Social

Remetendo-nos agora para o conceito de capital social enquanto recurso que deriva das relações, ou seja, os recursos aos quais um indivíduo tem acesso por intermédio das suas redes sociais, questionou-se a provisão de recursos das pessoas em situação de sem-abrigo. Analisam-se de seguida as cinco dimensões do capital social que abordámos na entrevista, a saber: redes sociais, confiança, normas e valores, e reciprocidade.

3.2.1) 1º Dimensão: Redes Sociais

As redes sociais, consideradas como “os sistemas particulares de relações que unem atores sociais” (Fischer, 1977, cit in Guadalupe, 2009, p. 50), como referido no ponto1, são canais onde circulam fluxos de recursos. Ao realizarmos uma análise às redes obteremos uma “explicação do compromisso social baseada em modelos de interacção entre os actores sociais” (Portugal, 2007, p. 7). As escolhas efetuadas pelos indivíduos são condicionadas pelos contextos sociais em que estão inseridos. A pertença de um indivíduo a uma determinada rede tem como objetivo a satisfação de uma determinada necessidade, sendo que o facto de pertencer a várias beneficia o indivíduo, podendo oferecer-lhe recursos (emocionais, informativos e instrumentais/materiais). Quando questionados sobre quais as pessoas mais importantes na sua vida atualmente, a maioria dos entrevistados manifesta algumas dificuldades em enumerá-los.

“Cá em Coimbra, desde que está a viver na rua, tem tido amigos? Tenho, toda a Coimbra me conhece. Digamos assim. Mas aqueles que considera como amigos? Eu não tenho amigos. Eu não tenho aqui ninguém em quem confio, por isso não tenho amigos” (Ent. E).

“A minha filhota. (ent. D).

Como podemos verificar, a enumeração das pessoas pertencentes à rede dos indivíduos entrevistados é difícil de operacionalizar. Na primeira entrevista supracitada, não é identificada a

rede de suporte social. Quando questionado sobre quem são os seus amigos, prontamente é respondido que não tem. No segundo excerto da entrevista também é clara a dificuldade de identificar a rede. O único elemento identificado é a filha com o qual não tem contacto há algum tempo. Pontualmente, ao longo da entrevista, os entrevistados fazem referência a algumas pessoas, mas no seu decorrer transparecem cortes relacionais, relações conflituosas e distantes, revelando a quase anulação de redes primárias ou secundárias. Não obstante, o seu discurso não corresponde, totalmente, aos seus comportamentos uma vez que em momentos concretos revelam ter redes de suporte que os apoiam, como podemos corroborar no excerto seguinte.

“Eu passei muitos anos nas Q. e depois vou passando umas noites nas R... uma noite numa R., outra semana noutra R, com o apoio dos estudantes” (Ent. F).

Consideram também fazer parte da sua rede os técnicos que os acompanham, identificando uma rede secundária ou formal.

“Aqui as doutoras. Para mim são excelentes, tanto as doutoras como a que está ali hoje, a (...) Entretanto vamos conhecendo outras pessoas como vocês, que eu não conhecia. (...) Eu não tenho relação com muita gente aqui, porque alguns não vale a pena” (ent. C).

“O pessoal dos H. [associação], o E. [Assistente Social], tu, a M. [Assistente Social], o B. [Assistente Social] e o H. [membro da associação], todos. (...) os empregados, as doutoras” (ent. A).

Num estudo realizado por Quintas (2010, p. 37), sobre pessoas em situação de sem-abrigo, numa amostra total de 85 indivíduos, verificou-se que relativamente às redes de suporte “o contacto familiar é inexistente, sem nenhuma figura significativa, para cerca de 51% da amostra. Quando existe figura de vinculação é, essencialmente, na família de origem (30%). Em relação às redes sociais, é preponderante o relacionamento exclusivo com técnicos e colegas de rua (65%)”. A falta de suporte social potenciado pelas redes dificulta a saída da situação de sem-abrigo.

No que respeita ao capital social este fica comprometido pela quase inexistência de redes sociais como nos refere Putnam (2001, cit in Silva, 2011, p. 132) quando afirma que “os indivíduos isolados não produzem capital social; serão as redes sociais que se estabelecem entre as pessoas aquelas que serão capazes de o produzir, tanto mais quanto maior for a confiança entre os respectivos elementos integrantes”. Se o capital social se encontra nas relações estabelecidas pelos indivíduos e se essas relações, relativas às pessoas em situação de sem-abrigo, são quase nulas, parece-nos que estas pessoas apresentam um capital social muito vulnerável. Resgatando as palavras de Chouhy (2006, p.21) podemos sublinhar que a “excessiva mobilidade no espaço físico (ou a carência de um lugar fixo para habitar) pode desgastar as

possibilidades de acesso a redes de capital social, onde circulam recursos, informações e contactos que permitem ao indivíduo evitar situações de risco social e lidar com condições adversas”. Estas vicissitudes dificultam o acesso a redes sociais capazes de fazer emergir capital social.

3.2.2) 2º Dimensão: Confiança

Anteriormente referiu-se que a confiança é fundamental para a cooperação entre os indivíduos e que, quanto maior for, maior será a predisposição para cooperar, tornando-se fundamental perceber qual o nível de confiança que as pessoas em situação de sem-abrigo apresentam.

“Não passo muita confiança ao resto do pessoal. (...) Porque acho que não merecem. (...) É assim, a gente tira a confiança e já ninguém me pede nada. Sabe, hoje em dia amigos para confiar... quer dizer, não confio muito” (ent. C).

*“Há pouco o C. dizia que não confiava em ninguém. Não. Não confio em ninguém. Eu não sou resguardado. Eu não vou dizer que não confio em ti, entendes?! Como é que se há-de dizer. Eu não estou a dizer que não confio em ti. **Tem outro significado para confiança?** Sim, absolutamente. Não quer dizer que não tenha confiança em ti. Eu falo com a J., falo contigo, falo com o E., eu considero que vocês são os meus outros amigos. Mas se falares no meu em que eu vivo, eu não confio em absolutamente ninguém. Porque não há ninguém que viva neste meio e que te diga a verdade” (ent. E).*

“Não posso confiar em muita gente. Nas pessoas que estão na rua não confio. Porque o consumo de droga é muito complicado” (ent. F)

Os entrevistados são muito claros quanto ao nível de confiança. Cinco entrevistados revelam um baixo nível de confiança nas pessoas em geral. No que se refere aos colegas de rua, a confiança percebida é quase nula, ou mesmo nula. Destes cinco entrevistados, um deles diz confiar na mulher, pois é a sua companheira e colega de pernoite na rua, nos restantes não confia. Outro entrevistado diz que confia em todas as pessoas, tendo dificuldade em operacionalizar quem são essas pessoas e qual o nível de confiança. Apesar da maioria dos entrevistados referir que não têm confiança nos outros, ao longo dos discursos existe, pontualmente, a referência a pontos de confiança, embora sejam percebidos como muito frágeis. O nível de confiança dos entrevistados parece ser muito reduzido, prejudicando, desta forma, a coesão e cooperação entre os indivíduos para a eventual emergência de capital social. Por outro lado, como referimos anteriormente, a confiança tem um papel estruturante na construção dos

laços e das relações sociais, sendo que a sua quebra constitui uma das razões da rutura dos laços sociais.

3.2.3) 3º Dimensão: Valores e Normas

As normas e os valores são muito importantes para perceber o que os indivíduos valorizam mais nas relações. Com a emergência da situação de sem-abrigo há uma reconfiguração dos valores e normas, dando-se mais prioridade a uns em detrimento de outros. Na verdade, para a sua sobrevivência é necessário que se adaptem à situação em que se encontram, caso contrário dificilmente conseguirão sobreviver, sendo necessário um ajustamento às regras predominantes da situação em que se encontram.

Quando questionados sobre qual o valor que consideravam mais importante, a resposta requeria alguma reflexão. Alguns questionaram o que é que eram os valores e, após uma breve definição do conceito diziam qual o valor que norteava a sua vida ou que desejavam que prevalecessem na sua vida.

“O amor, a paz e a harmonia” (ent. B).

*“A amizade, a harmonia entre as pessoas, convívio. Acho que (pausa), é isso”
(ent. C).*

“O valor respeito para mim é tudo” (ent. D)

Todos os entrevistados referem essencialmente três valores: a amizade, amor e o respeito. Os três valores apontados pelas pessoas que estão em situação de sem-abrigo são aqueles que são mais afetados e violentados quando emergem na situação de sem-abrigo. Como referimos anteriormente, Putnam (2001, cit in Silva, 2011, p. 136) considera que para haver comunidades ricas em capital social é necessário existirem valores relativos à cooperação entre indivíduos, tais como a solidariedade e a tolerância, valores estes que não são referidos pelos entrevistados.

3.2.4) 4º Dimensão: Reciprocidade

Bebendo das palavras de Barrón (1996, p. 15), a reciprocidade diz “respeito ao grau em que os recursos existentes numa rede social são intercambiados equitativamente entre os pares”, existindo uma expectativa de troca ou de reparação. Esta troca, se for justa, aumenta os níveis de confiança e, conseqüentemente, a cooperação entre os indivíduos. No entanto, segundo Guadalupe (2009, p.86), “as situações-sociais-problema que configuram situações de extrema

precariedade, exclusão social e opressão diminuem as possibilidades de trocas funcionais recíprocas”.

*“Há pouco dizia, quando falava do A., que era impagável. Sim, essa espontaneidade, amizade. Não é amizade é o bem que surge do nada, sem programação. Dado sem o intuito de receber algo. Coisa que eu não sabia o que era isso há muitos anos. Não me lembrava o que era isso. (pausa) Não sei, sentia que quando vinham ter comigo era com algum interesse. Amigos de interesse. Se eu quisesse pagava e pronto, não me chateava. Não davam com o coração. Ser oferecido sem pedir nada em troca. **O que valoriza mais nas relações? É isso, Não há nada que pague isso**” (ent. A).*

*“Eu sou solidário com as pessoas, eu gosto de ajudar as pessoas. Quando as pessoas precisam de ajuda, eu sou de ajudar, sou de dar um bom conselho, sou de ajudar, entendes?! (...) **Há pouco falava na solidariedade entre os companheiros, o que trocam entre vocês? Eu não troco nada. Eu não troco nada, absolutamente nada, Não quero levar nada daqui, nem me quero manchar com nada disto. Nem afetos, informações... Não. Aqui a única coisa que se troca é dizer se tu usares cocaína ou heroína onde está a melhor do dia. Entendes?! Ou se o traficante o traficante mudou porque a polícia está cá. Isso são as trocas de afeto que tu vês aqui, não há mais nenhuma**” (ent. E).*

A narrativa presente no primeiro excerto evidencia uma relação de dádiva, sem valorização da reciprocidade na ajuda. O entrevistado refere que ajuda e é ajudado sem esperar que haja o retorno. Por esta análise podemos falar de dádiva, uma vez que não há garantia de retorno na prestação de bem ou serviço, prevendo apenas a alimentação ou (re)criação do vínculo social. No entanto, tal como aludimos na revisão da literatura, a dádiva tem um carácter de gratuidade, sendo considerado que uma verdadeira dádiva se torna impossível, existindo a criação de dívida e surgem, assim, as obrigações que se estabelecem entre os indivíduos. Segundo Mauss (2003, p.303), as dádivas “não são realmente desinteressadas. São já, em sua maior parte, contraprestações, feitas em vista não apenas de pagar serviços e coisas, mas também de manter uma aliança proveitosa e que não pode sequer ser recusada”, ficando desta forma, comprometida a dádiva gratuita.

É notório, em quase todas as entrevistas, o sentimento de dívida para com os outros que ajudam. Colocada a questão – quando o ajudam sente-se em dívida com elas? – quatro entrevistados respondem positivamente. Um deles refere que só se sente em dívida dependendo da pessoa que o está a ajudar. Apenas um dos entrevistados refere que não fica em dívida, considerando que todas as pessoas têm que ajudar sem pedir nada em troca.

Abordando a dimensão da reciprocidade, é necessário referir quais os recursos que trocam entre si. Quando se faz referência aos recursos está-se a falar de apoio emocional, apoio informativo e apoio instrumental/material.

“Que tipo de recursos trocam entre si? Nada. Também não tenho para dar, nem os outros têm para dar. Não se apoiam uns aos outros? Sim, quando alguém precisa de um conselho eu dou, mais nada. Não vejo mais nada” (ent. B).

Através da análise das entrevistas podemos verificar que a troca de recursos é muito residual, prevalecendo o apoio emocional (referido por dois entrevistados). Quatro entrevistados referem que não existe qualquer troca entre ele e a sua rede, revelando alguma individualidade. Como reforça Menezes (2008, p. 263), “o caso dos sem-abrigo é ilustrativo da ausência de relações de evitamento e de ausência de solidariedade, na medida em que tendo rompido com as normas e instituições vigentes (família, comunidade, hábitos de trabalho, cuidados de si, ritmos de vida, projectos, etc.), estabelecem relações sociais “na rua”, de evitamento, de competição de espaço, de cooperação negativa, marcadas pelo individualismo, que constituem elos sociais de sinal negativo”, repercutindo-se na qualidade de vida das pessoas que experienciam a situação de sem-abrigo.

4. CONCLUSÕES

Despojados de um conjunto de vínculos sociais considerados estruturantes pela sociedade a que pertencem (e.g, trabalho, habitação) estes indivíduos são desafiados a reconfigurar o *ser* e o *estar* em sociedade, numa comunidade que os exclui e perante a qual se encontram em desvantagem. A sua vivência *de* e *na* rua evidencia violações graves dos direitos e liberdades fundamentais que fazem parte do quotidiano dos seus pares domiciliados.

Ao analisar os discursos emergentes das entrevistas, tendo em consideração as cinco fontes do capital social (redes sociais; confiança; valores e normas; e reciprocidade) constatamos que o capital social das pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo se revela muito fragilizado, sendo notórias as barreiras à sua eventual emergência assim como, também, na manutenção dos mecanismos que o poderiam potenciar. Para este cenário de vulnerabilidade concorre a perda de laços com as redes anteriores à situação de sem-abrigo, a existência de uma rede social atual de dimensões reduzidas e limitações no que concerne a antecipação do alargamento da rede social e da possibilidade do seu fortalecimento no futuro. As narrativas dos participantes corroboram os dados que obtivemos ao salientarem que os níveis de confiança e reciprocidade existentes são residuais ou, em alguns casos, nulos. Acresce ao referido, que os valores e as normas são configurados com a emergência da situação de sem-abrigo, sofrendo um processo de reconfiguração face aos valores e normas dominantes na sociedade, em parte resultante das ruturas sofridas mas, também, resultante da assunção de um quadro de valores e de comportamentos distinto, necessário ao assegurar da sobrevivência na rua. Torna-se, por conseguinte, notório que a vulnerabilidade inerente ao eventual capital social se deve a esta conjugação complexa de fatores.

A aproximação a esta realidade, através das narrativas dos sem-abrigo entrevistados neste estudo, convocam, pelo exposto, uma reflexão crítica por parte dos diferentes agentes que desenvolvem a sua ação junto de pessoas em situação de sem-abrigo. Note-se, e como referimos na componente teórica desta dissertação, que a existência de laços sociais, convocadora da emergência e manutenção de capital social, é uma dimensão estruturante da vida em sociedade. A sua rutura é, por conseguinte, elemento central na compreensão dos fatores que sustentam a emergência e manutenção da situação de sem-abrigo, sendo essencial que se atenda a esta dimensão quando se estuda e se intervém nesta problemática. Não se trata, de mera exclusão da esfera habitacional ou, ainda, da esfera profissional; a situação de sem-abrigo encontra-se profundamente interligada com a diminuição das redes de relações (em dimensão, diversidade e densidade) e, em estreita associação, com marcados constrangimentos a nível do capital social.

Se nos ancorarmos no pensamento de Paugam (2009) podemos entender, precisamente, que as ruturas coexistem nos diversos tipos de laços sociais e esta complexa teia de quebras que concorre para um comprometimento de consequências múltiplas na vida destes indivíduos.

Não esqueçamos, a este propósito, que a emergência de capital social encontra-se dependente da existência de uma rede social geradora de recursos, em que os níveis de reciprocidade e de confiança são elevados. A situação de sem-abrigo, porque resultante da confluência múltipla de ruturas e desvinculações, que se mantêm no tempo, às quais se associam a emergência de redes frágeis e reduzidas à dimensão instrumental, não concorre de forma positiva para o estabelecimento deste capital social. Os níveis de confiança e reciprocidade reportados pelos participantes são baixos e a sua rede social é composta por poucos elementos, dados que suportam a conclusão de que são constringidas as oportunidades de acesso a redes de capital social.

Expostas as principais conclusões deste trabalho importa salientar que, à semelhança de outras produções científicas, este projeto possui limitações, para as quais alertamos de seguida.

Uma limitação da investigação prende-se com a necessidade de articular as perspetivas teóricas com a abordagem metodológica a implementar. As especificidades inerentes às propostas de conceptualização apresentadas por cada um dos autores mobilizados, que se traduzem em orientações diversas na definição de capital social, convocam planos de investigação distintos, aos quais se associam instrumentos de recolha de dados e procedimentos também eles diversos. Acresce que, parte das propostas teóricas analisadas apresenta dificuldades de operacionalização que dificultam a tomada de decisão no que concerne às opções metodológicas. Dos autores analisados nenhum deles descreve de forma clara e precisa como operacionalizar o constructo capital social, tendo sido sistematizada uma grelha de análise que permitisse uma aproximação à sua operacionalização, focalizando os laços sociais, por opção do estudo.

Tendo em atenção as divergências na literatura referentes à definição de capital social, à operacionalização e à sua forma de emergência, neste trabalho, adotou-se a despectiva de Lin (1981, cit in Portes, 2000) que entende o capital social como os recursos que são obtidos através dos laços estabelecidos entre os indivíduos, não valorizando a dimensão relativa aos recursos económicos. Assim, a análise dos resultados permitiu salientar que a emergência do capital social não acontecerá enquanto não se desenvolverem formas de intervenção capazes de mobilizarem as redes sociais (formais e informais). Enquanto se lutar diariamente pela subsistência e prevalecer a dita “lei da sobrevivência”, outros valores sociais dificilmente

surgirão, como a confiança e a reciprocidade. As prioridades de cada um são escolhidas em função das suas necessidades.

Alertamos, neste ponto, para o investimento por nós realizado no sentido de estabelecer contato prévio com esta população, assegurando o cumprimento das normas éticas e deontologias, com o propósito de estabelecer uma relação de confiança com os potenciais participantes. De fato, o acesso aos participantes não foi um dos problemas com que nos deparámos, em grande medida devido à nossa participação em diferentes iniciativas destinadas a pessoas em situação de sem-abrigo, nomeadamente nos giros de rua. Porém, embora recetivos a colaborar no estudo, as temáticas por nós abordadas são complexas e do foro pessoal, tendo sido escassa a informação disponibilizada pelos participantes, assim, considerarmos que outra das limitações se prendeu com o reduzido número de pessoas entrevistadas, tornando-se difícil de abordar e de operacionalizar sobretudo a dimensão imaterial do capital social. A abordagem a cada tema foi realizada de forma muito ténue demonstrando algum constrangimento em narrar alguns aspetos, nomeadamente a referência à família e a trajetória na situação de sem-abrigo, elementos que são frequentemente apontados como limitações em estudos internacionais neste âmbito. A experiência obtida com esta investigação mostrou as dificuldades da abordagem à problemática das pessoas em situação de sem-abrigo com a conceptualização apresentada, constituindo-se um enorme desafio teórico-metodológico, merecendo um aprofundamento no contexto da investigação. O que já não acontece no caso de nos colocarmos sob a perspetiva dos laços sociais.

No que se refere ao contributo da investigação para o Serviço Social, pensamos que o conhecimento das potencialidades do capital social e dos laços sociais constitui um elemento de relevo para a ação dos profissionais, pois a sua análise permite a planificação e desenvolvimento de estratégias mais ajustadas às necessidades dos indivíduos e comunidades, na senda da construção de trajetórias de vida. O Assistente Social, enquanto agente reflexivo e promotor de mudança, é, neste contexto, elemento essencial de apoio à construção e sedimentação de redes sociais. Conseguida a mobilização de redes de suporte e a (re)estruturação de laços sociais, o Assistente Social, poderá impulsionar a emergência do capital social, podendo desenvolver iniciativas várias que potenciem a sua emergência e manutenção e as quais sejam alvo de avaliação contínua (e.g., através de *focus-group*).

Considerando as limitações inerentes ao processo investigativo, deixamos algumas propostas que julgamos pertinentes tendo em conta os resultados obtidos. Embora globais consideramos que estas sugestões podem contribuir para a tomada de decisão de profissionais e investigadores em relação à ação que pretendam desenvolver:

- 1) Redefinir criticamente o conceito de capital social e reforçar a centralidade conceptual dos laços sociais, no sentido da sua operacionalização investigativa.
- 2) Aumentar o número de participantes para se obterem discursos mais plurais e um número mais significativo que permitisse reforçar e consolidar as conclusões;
- 3) Realizar uma investigação que se debruçasse sobre pessoas que saíram da situação de sem-abrigo, podendo analisar se o (re)estabelecimento de laços sociais permite a emergência e manutenção de capital social.
- 4) Investir mais neste tipo de estudos, (re)conceitualizando o que se entende por redes de relações neste contexto e compreender o tipo de rede que estabelecem.

Concluimos, sublinhando a importância de um investimento continuado e sustentado, para profissionais e investigadores em Serviço Social, que permita concorrer para a colmatação da necessidade, impreterível, de compreender a multiplicidade de fatores e dimensões que concorrem para a emergência, manutenção e saída da situação de sem-abrigo, na senda de uma intervenção social mais ajustada e capaz de responder às necessidades dos seus cidadãos e comunidades.

Bibliografia

- Alcoforado, M.** (2009). *Elaboração de projectos de pesquisa*. in Serviço Social. Direitos Sociais e Competências Profissionais (p. 719-738), CFESS, ABEPSS, Brasília.
- Almeida, J.** (2011). *O essencial sobre o capital social*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Aldeia, J.** (2011). *A Barraca do Rui: os laços sociais no fenómeno dos sem-abrigo*. [Dissertação de Mestrado]. Coimbra: Faculdade de Economia.
- Balsa, C.** (2006). Relações de Confiança e Modalidades de Laço Social. in C. Balsa. *Confiança e Laço Social* (p. 9-22). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Bardin, L.** (1979). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, «persona».
- Barrón, A.** (1996). *Apoyo social: aspectos teóricos y aplicaciones*. Madrid, Siglo España Editores.
- Bento, A., Barreto, E.** (2002). *Sem-Amor Sem-Abrigo*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Bourdieu, P.** (1985). The forms of capital. in Richardson (org). *Handbook of theory and research for the sociology of education*. Nova Iorque: Greenwood. p. 241-258.
- Capucha, L.** (1998). Pobreza, exclusão social e marginalidade. In A. Costa (org.). *Portugal, que modernidade?*. Oeiras: Celta Editora.
- Capucha, L.** (2005). *Desafios da pobreza*. Oeiras: Celta Editora.
- Castel, R.** (2003). *As metamorfoses da questão social: uma crónica do salário*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Cervo, A., Bervian, P.** (2002). *Metodologia científica*. São Paulo: Prentice Hall.
- Chouhy, G.** (2006). Personas en situación de calle o sin techo: privaciones diferenciales y trayectorias. FCS – UDELAR. Acedido em 30/08/2012 em <http://respaldo.fcs.edu.uy/publicaciones/G.%20CHOUHY06.pdf>.
- Coleman, James** (1990). *Foundation of social theory*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press.
- Costa, A. et al.,** (1985). *A Pobreza urbana em Portugal*. Lisboa: Serviços da Cáritas Portuguesa.
- Costa, A. B.** (2007). *Exclusões sociais* (6ª Edição). Lisboa: Gradiva Publicações.
- Domandzic, M.** (s.d). Nuevos perfiles de personas sin hogar en la ciudad de Barcelona: un reto pendiente de los servicios sociales de proximidade. Documentos de Trabajo Social. Nº 47: 9-30. Acedido a 23/08/2012 em http://www.trabajosocialmalaga.org/archivos/revista_dts/48_01.pdf.
- Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-abrigo:** Prevenção, Intervenção e acompanhamento, 2009 – 2015 (s.d.). Acedido a 12/11/11, em <http://ww4.scml.pt/media/social/2009/ESTRATEGIA%20NACIONAL%20doc%20final1.pdf>.
- FEANTSA** (2005). *ETHOS – European Typology of Homelessness and Housing Exclusion*. Acedido a 14/07/12, em <http://www.feantsa.org/files/freshstart/Toolkits/Ethos/Leaflet/EN.pdf>

- Fernandes, M.** (2006). *Fechados no Silêncio: os Sem Abrigo*. [Dissertação de Mestrado]. Porto: Universidade Aberta. Acedido a 14/11/11, em <http://repositorioaberto.univ-ab.pt/bitstream/10400.2/619/1/LC177.pdf>.
- Flick, U.** (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor.
- Gil, A.** (2002). *Como elaborar projectos de pesquisa*. São Paulo: Editora Atlas S.A.
- Gomes, T.** (2009). *As redes do sem-abrigo e para o sem-abrigo em Coimbra: estudo sobre redes de suporte formal ao sem-abrigo na cidade de Coimbra*. [Dissertação de Mestrado]. Coimbra: Instituto Superior Miguel Torga.
- Guadalupe, S.** (2003). Programa rede social: questões de intervenção em rede secundária. In Revista Interações: Sociedades e novas modernidades – Instituto Superior Miguel Torga. Nº 5: 67-90. Acedido a 3/09/2012, em <http://www.interacoes-ismt.com/index.php/revista/issue/view/6>.
- Guadalupe, S.** (2009). *Intervenção em rede: serviço social, sistémica e redes de suporte social*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Guay, J.** (1984). L'intervenant professionnel face à l'aide naturelle. Gaïtan Morin Éditeur.
- Guerra, I.** (2010). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo*. Lisboa: Editora Principia.
- Hespanha, P.** (2002). Globalização insidiosa e excludente. Da incapacidade de organizar respostas à escala local. In B. Santos (org.) *Risco Social e Incerteza: pode o estado social recuar mais?* Porto:Edições Afrontamento.
- Hintze, S.** (2009). Capital social. in P. Hespanha (org.). *Dicionário internacional da outra economia* (p. 49-54). Lisboa: Almedina.
- Instituto da Segurança Social** (2005). Estudo dos sem-abrigo. Lisboa: Grafilinh.
- Leandro, M.** (2001). Os laços sociais em questão. Metamorfoses sociais, metamorfoses de uma nação. in M. Leandro (coord.). *Laços familiares e sociais* (p. 27-57). Viseu: Editora Psicossoma.
- Lin, N.** (2001). Social Capital. A theory of social structure and action. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mance, E.** (2009). Redes de colaboração solidária. in P. Hespanha (org.). *Dicionário internacional da outra economia* (p. 278-283). Lisboa: Almedina.
- Marchevsky, C.** (2006). *El lazo social: una propuesta sobre el objecto de conocimiento en trabajo social*. Buenos Aires: Espacio Editorial.
- Marsiglia, R.** (2001). Intervenção e pesquisa em serviço social – programas de capacitação continuada para assistentes sociais (p.17-58). CFESS, ABEPSS, CEAUD, UnB.
- Martinelli, M.** (1999). O uso da abordagem qualitativa na pesquisa em serviço social. in M. Martinelli (org). *Pesquisa qualitativa: um instigante desafio* (p. 19-27). São Paulo: Veras Editora.
- May, T.** (2004). *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. Porto Alegre: Artmed.
- Mauss, M.** (2003). Ensaio sobre a dádiva. In Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac Naify. p. 294-314. Acedido a 1/09/12, em <http://pt.scribd.com/doc/91453390/Ensaio-sobre-a-dadiva-cap-IV>.
- Monteiro, A.** (2004). *Associativismo e laços sociais*. Coimbra: Quarteto.

- Moreira, C.** (1994). *Planeamento e estratégias da investigação social*. Lisboa: Universidade técnica de Lisboa.
- Netto, P.** (1996). Transformações societárias e serviço social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 50, Ano XVII, Abril. São Paulo: Editora Cortez
- Paugam, S.** (2005). La perception de la pauvreté en Europe depuis le milieu des années 1970: analyse des variations structurelles et conjoncturelles. *Économie et statistique*, nº 383-384-385. Acedido a 12/11/2011, em http://www.insee.fr/fr/themes/document.asp?reg_id=0&id=1532.
- Paugam, S.** (2009). *Le lien social*. (2ª Edição). Paris: Puf.
- Pereira, J.** (2006). As redes sociais na reinserção social dos sem-abrigo. [Relatório de estágio]. Coimbra: Instituto Superior Miguel Torga.
- Portes, A.** (2000). Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. *Sociologia Problemas e práticas*, nº33: 133-158. Acedido a 12/11/2011, em <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n33/n33a06.pdf>.
- Portugal, S.** (2006). Novas famílias, modos antigos – as redes sociais na produção de bem-estar. [Tese de Doutoramento]. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Portugal, S.** (2007). Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica. *Oficina do CES*. Acedido a 23/12/11, em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/271/271.pdf>.
- Portugal, S.** (2011). Dádiva, família e redes sociais. in S. Portugal (coord.). *Cidadania, políticas públicas e redes sociais* (p. 39-53). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Putnam, R.** (1993). The prosperous community: social capital and public life. *Am. Prospect*. nº 13: 35-43.
- Quintas, S.** (2010). A percepção dos técnicos e indivíduos “sem-abrigo”: Histórias ocultas de uma realidade do Porto. [Dissertação de Mestrado]. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Quivy & Campenhoudt** (2008). *Manual de investigação em ciências sociais* (5ª. Edição) Lisboa: Gradiva.
- Ramalho, V.** (2008). *Sopas e cobertores: da desafiliação das pessoas sem-abrigo à inovação das práticas em serviço social*. [Dissertação de Mestrado]. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa.
- Rodrigues, A.** (2004). Os nós e os laços nos sem-abrigo – análise das redes sociais dos sem-abrigo na cidade de Coimbra. [Relatório de estágio]. Coimbra: Instituto Superior Miguel Torga.
- Rúdio, F.** (2007). *Introdução ao projecto de Pesquisa científica*. Petrópolis: Vozes.
- Sampieri, R. H; Collado, C.; & Lucio, P.** (2006) *Metodologia de pesquisa* (3ª. Edição). S. Paulo: McGraw-Hill.
- Santos, B.** (1995). Sociedade providência ou autoritarismo social?. In *Revista critica das ciências sociais*. Nº 42: I- VII. Acedido a 3/09/12, em http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Sociedade_Providencia_ou_Autoritari_smo_Social_RCCS42.PDF.

- Setúbal, A.** (2001). Análise de conteúdo: suas implicações nos estudos das comunicações. *in* M. Martinelli (org.). *Pesquisa qualitativa: um instigante desafio* (p. 60-84) São Paulo: Veras Editora.
- Silva, M.** (2011). *@vós.TIC: o aumento do capital sociocultural nos seniores mediante a alfabetização e uso das TIC*. [Tese de Doutoramento]. Salamanca: Facultad de Educación.
- Silva, N.** (2008). Factores de pobreza e exclusão social – categorias sociais vulneráveis. *Pretextos*, Lisboa, nº 29:5-8.
- Sousa, F.** (2001). E se perguntássemos aos sem-abrigo?! – satisfação e necessidades percebidas face aos serviços, num abrigo de Lisboa. *Análise Psicológica*, nº 2 (XIX): 299-312. Acedido a 12/11/11, em http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S0870-82312001000200007&script=sci_arttext.
- Spinnewijn, F.** (2005). Sem Abrigo: apelo à acção Europeia in Rede Europeia.
- Tavares, R.** (2010). Acompanhamento social a pessoas que vivem em situação de sem-abrigo com doença mental. [Projeto de graduação]. Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- Toscano, M. F.** (1993). A constituição dos pobres como grupo social na idade média: a linguagem quotidiana como indicador. *Fórum Sociológico – Instituto de Estudos e Divulgação Sociológica*. nº 3: 213-221.
- Veneroso, C.** (s/d). Capital social e pobreza: implicações teórico empíricas para estudos de programas de renda mínima. Acedido a 23/12/1, em <http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/papers/ianpratesCapitalSocialEpobreza.pdf>.
- Vieira, M.; Bezerra, E. & Rosa, C.** (2004). *População de rua: quem é, como vive e como é vista* (3º Edição). São Paulo: Editora HUCITEC.

Apêndice

Guião de entrevista:

1- Identificação:

Idade: _____

Sexo: _____

Nacionalidade: _____

Escolaridade: _____

Situação profissional: _____

Profissão (atual/última): _____

2 - Há quanto tempo vive/viveu na rua?

3 - O que o levou a viver na rua?

4- Quais são as suas origens?

5 - Quais os momentos/fases mais marcantes da sua vida (positiva e negativamente)?

6 - Que pessoas foram importantes para si ao longo da sua vida?

7 - Como tem sido a sua vida desde que vive na rua?

8 - O que é que pensa sobre a vida na rua?

9 - Tem família? Como descreve a relação com a sua família? E como era antes?

10 - Quem são as pessoas mais importantes na sua vida atualmente? (quem pertence à rede: familiares, amigos; instituição, etc.)

11 - Como é que descreve a relação com elas?

- é uma relação de ajuda, de troca, de coexistir (conviver)?
- em quê?
- ajuda/troca/coexiste também essas pessoas?
- qual a relação com as instituições?
- que tipo de recursos trocam entre si? (apoio emocional; informativo; instrumental/material).

12 – Quando o ajudam sente-se em dívida com elas?

13 – Nos últimos tempos ficou amigo de alguém? Porque ficou amigo dela/dele (pelo poder da pessoa na rua, recursos que pode obter através dessa pessoa)?

14 – O que é que considera importante para “ser amigo”?

15 - Quais são os valores mais importantes para si?

16 - O que o leva a confiar em alguém? Em quem confia? E confia a que nível?

17 - O que é que valoriza mais nas relações? (pessoas; instituições)

18 - O que considera fundamental acontecer para poder mudar a sua vida?

20 – O que mais me gostaria de contar?